

Surdez, Educação e Inclusão

*Práticas, Línguas
e Perspectivas
em Construção*



Rennan Alberto dos Santos Barroso

ORGANIZADOR

Rennan Alberto dos Santos Barroso
(Organizador)

**SURDEZ, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: PRÁTICAS,
LÍNGUAS E PERSPECTIVAS EM CONSTRUÇÃO**

1ª edição

Editora Itacaiúnas
Ananindeua - PA
2025

©2025 por Rennan Alberto dos Santos Barroso (Org.)

© 2025 por diversos autores

Todos os direitos reservados.

1ª edição

Conselho editorial / Colaboradores

Márcia Aparecida da Silva Pimentel – Universidade Federal do Pará, Brasil

José Antônio Herrera – Universidade Federal do Pará, Brasil

Márcio Júnior Benassuly Barros – Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Wildoberto Batista Gurgel – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil

André Luiz de Oliveira Brum – Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Mário Silva Uacane – Universidade Licungo, Moçambique

Francisco da Silva Costa – Universidade do Minho, Portugal

Ofélia Pérez Montero - Universidad de Oriente – Santiago de Cuba, Cuba

Editora-chefe: Viviane Corrêa Santos – Universidade do Estado do Pará, Brasil

Editor e web designer: Walter Luiz Jardim Rodrigues – Editora Itacaiúnas, Brasil

Editoração eletrônica/ diagramação: Walter Rodrigues

Projeto de capa e revisão: dos organizadores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S961 Surdez, educação e inclusão: práticas, línguas e perspectivas em construção [recurso eletrônico] / vários autores; organizado por Rennan Alberto dos Santos Barroso. - Ananindeua: Editora Itacaiúnas, 2025.

92 p.: il.: PDF , 1,0 MB.

Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 978-85-9535-342-8 (E-book)

DOI: 10.36599/itac-978-85-9535-342-8

1. Surdez. 2. Inclusão educacional. 3. Libras. 4. Educação bilíngue. I. Título.

CDD 371.9

CDU 376

Índice para catálogo sistemático:

1. Educação física e esportes: 371.9

2. Educação de pessoas com necessidades especiais :376

E-book publicado no formato PDF (*Portable Document Format*). Utilize software [Adobe Reader](#) para uma melhor experiência de navegabilidade nessa obra.

Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).

Esta publicação está licenciada sob [CC BY-NC-ND 4.0](#)

Esta obra foi publicada pela **Editora Itacaiúnas** em agosto de 2025.



Sumário

APRESENTAÇÃO DA COLETÂNEA.....	6
Rennan Alberto dos Santos Barroso	
CAPÍTULO 1 - JUDÔ E LIBRAS: CRIAÇÃO DE SINAIS-TERMOS.....	8
Rennan Alberto dos Santos Barroso	
Jayne de Cassia Leão Barra	
Messias Lima Soares	
CAPÍTULO 2 - LIBRAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	23
Amilton da Silva Reis	
Iana Pereira de Araújo Guimarães	
Linaria Merreira Martins	
Maria de Jesus Divina da Silva	
Tafnes de Moura Ribeiro	
Vanessa Alves da Cruz	
Rennan Alberto dos Santos Barroso	
CAPÍTULO 3 - EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO CONTEXTO SURDO: RELEVÂNCIA E DESAFIOS PARA A SUA EFETIVA APLICAÇÃO	38
Rennan Alberto dos Santos Barroso	
Cheyenne Vasconcelos	
Jeiel Silva Teixeira	
Lunna Beatriz Noleto Silva	
Priscila Dias Carneiro	
Samantha Almeida Martins da Silva	
Sílvia Helena Nunes	
CAPÍTULO 4 - ENSINO DE LIBRAS PARA ALUNOS SURDOS	54
Iasmim Lima da Silva	
Luísa Eduarda Noleto Duarte Fernandes	
Gabriela Silva Noleto	
Yasmin Bispo Noleto Carvalho	
Franciana Pinheiro Rodrigues	
Maria Aparecida Castro de Souza Solino	
Rennan Alberto dos Santos Barroso	
CAPÍTULO 5 - LITERATURA SURDA: A INVISIBILIDADE E DESAFIOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ESCOLARES	66
Bruno Melo Martins	
Guilherme de Sousa Costa	
Hana Vitória Rodrigues Franco	
Hélina Muniele de Sousa Chaves	
Regiane Silva Assunção	
Robson Miranda dos Santos	
Rennan Alberto dos Santos Barroso	

CAPÍTULO 6 - O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO L2 PARA SURDOS 80

Ana Beatriz Brito da Silva

Andreza Monteiro Bezerra

Angélica Mendonça Pereira

Cassandra dos Reis Rocha

Jéssica Freitas de Brito

Hianca Santos Silva

Rennan Alberto dos Santos Barroso

Apresentação da Coletânea

A coletânea *“Surdez, Educação e Inclusão: Práticas, Línguas e Perspectivas em Construção”* surge como uma proposta multidisciplinar que articula reflexões teóricas, práticas pedagógicas e ações inclusivas voltadas à comunidade surda. Os capítulos que compõem esta obra foram elaborados por pesquisadores, professores e estudantes comprometidos com a valorização da Libras, com o fortalecimento da identidade surda e com a construção de uma educação mais democrática e acessível. A seguir, apresentamos um panorama de cada capítulo que compõe este livro:

O **Capítulo 1 – Judô e Libras: Criação de Sinais-termos** apresenta uma pesquisa inovadora voltada à criação de sinais específicos em Libras para termos técnicos do judô. A partir da colaboração entre professores de Libras, educadores físicos e a comunidade surda, foram elaborados sinais que respeitam a visualidade e os parâmetros linguísticos da Libras. O capítulo destaca a importância da terminologia acessível como instrumento de inclusão nos esportes e na formação de atletas surdos.

O **Capítulo 2 – Libras e a Formação de Professores** analisa os desafios enfrentados na formação docente para o ensino de Libras, especialmente no contexto da educação inclusiva. Os autores destacam a importância de políticas públicas, estágios supervisionados e vivências práticas com a comunidade surda como ferramentas essenciais para uma formação sensível e eficaz. O texto propõe caminhos para fortalecer o papel da Libras como instrumento pedagógico transformador.

O **Capítulo 3 – Educação Bilíngue no Contexto Surdo** discute a relevância do bilinguismo para a inclusão educacional de estudantes surdos. A proposta de Libras como primeira língua (L1) e o português escrito como segunda língua (L2) é analisada sob a ótica da legislação, das práticas escolares e da construção identitária. O capítulo evidencia os entraves estruturais e propõe medidas para a efetiva implementação da educação bilíngue em todo o território nacional.

O **Capítulo 4 – Literatura Surda: A Inexistência e os Desafios nas Práticas Pedagógicas Escolares** aborda a ausência de representatividade da literatura surda nos espaços escolares e seus impactos na formação de estudantes surdos. A partir de uma abordagem crítica, os autores defendem a inserção de obras produzidas por e para surdos como forma de valorização cultural, promoção da leitura e reforço da identidade linguística.

O **Capítulo 5 – O Ensino da Língua Portuguesa como L2 para Surdos** investiga as dificuldades enfrentadas no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa para estudantes surdos. O capítulo propõe estratégias metodológicas e práticas pedagógicas adaptadas, reconhecendo que o domínio

da segunda língua requer o respeito às especificidades cognitivas e culturais da comunidade surda. A reflexão aponta para uma didática mais sensível e eficaz.

O **Capítulo 6 – Ensino de Libras para Alunos Surdos** destaca as contradições e caminhos na prática do ensino de Libras para os próprios surdos, especialmente no contexto escolar. Embora pareça paradoxal, ensinar Libras aos estudantes surdos é um desafio real diante da falta de estímulos precoces e de acesso à língua em suas famílias. O capítulo analisa essa lacuna e propõe abordagens didáticas inclusivas, visuais e participativas.

A diversidade de olhares e experiências que compõem esta coletânea evidencia o compromisso dos autores com a construção de uma educação inclusiva, bilíngue e socialmente justa. Este livro é, portanto, uma contribuição valiosa para professores, estudantes, pesquisadores e demais profissionais comprometidos com a valorização da cultura e da língua surda em todos os espaços sociais.

Prof. Me. Rennan Alberto dos Santos Barroso

JUDÔ E LIBRAS: CRIAÇÃO DE SINAIS-TERMOS

Rennan Alberto dos Santos Barroso¹

Jayne de Cassia Leão Barra²

Messias Lima Soares³

Resumo

Este artigo apresenta uma pesquisa voltada à criação de sinais-termos em Libras para o campo do judô, com foco na promoção da inclusão linguística e pedagógica de pessoas surdas. A metodologia utilizada foi de natureza quanti-qualitativa, com abordagem descritiva e interpretativa. O estudo envolveu a seleção de termos técnicos da modalidade, a constituição de um grupo focal com professores de Libras e judô, e a validação dos sinais propostos junto à comunidade surda praticante. Como resultado, foram criados e analisados nove sinais-termos específicos da modalidade esportiva. A proposta busca suprir a lacuna existente na comunicação técnica em contextos esportivos inclusivos, além de promover um glossário acessível e visualmente adequado para o uso educacional. O trabalho destaca a importância de respeitar as particularidades linguísticas dos surdos como estratégia efetiva de inclusão.

Palavras-chave: Judô. Inclusão. Libras. Terminologia. Educação de Surdos.

Abstract

This article presents a study focused on creating sign-terms in Brazilian Sign Language (Libras) for the field of judo, aiming to promote linguistic and pedagogical inclusion of Deaf individuals. The research employed a quantitative and qualitative methodology, using descriptive and interpretative approaches. The study involved the selection of technical terms from the sport, the formation of a focus group with Libras and judo teachers, and the validation of proposed signs by Deaf judo practitioners. As a result, nine specific signs were created and analyzed. This proposal seeks to fill a communication gap in inclusive sports

¹ Mestre em Educação Inclusiva (UNIFESSPA). Letras- Libras (UEPA). Sensei faixa preta 3º Dan (LNJ-BRASIL). Diretor Nacional de Judô Inclusivo (LNJ-BRASIL).

² Mestranda em Educação Especial e Inclusiva (UFSCAR). Letras- Libras (UFRA).

³ Mestrando em Letras (UFT). Letras-Libras (UFPI).

contexts and to provide an accessible and visually appropriate glossary for educational use. The study highlights the importance of respecting Deaf people's linguistic particularities as an effective inclusion strategy.

Keywords: Judo. Inclusion. Libras. Terminology. Deaf Education.

1. Introdução

O judô, criado por Jigoro Kano em 1882, representa não apenas uma prática esportiva, mas uma filosofia de vida baseada em princípios como o seiryoku zen'yô (máxima eficiência com mínimo esforço) e o jita kyōei (benefício mútuo e prosperidade conjunta). Esses fundamentos sustentam uma proposta pedagógica que favorece o desenvolvimento integral do indivíduo, sendo o judô amplamente reconhecido por seu potencial inclusivo, especialmente no atendimento a pessoas com deficiência.

Nos últimos anos, a discussão sobre acessibilidade nas práticas esportivas tem se ampliado, especialmente no que se refere à inclusão de pessoas surdas. Entretanto, mesmo com avanços legislativos e pedagógicos, ainda há carência de recursos linguísticos específicos em Libras que atendam às demandas terminológicas de áreas como a Educação Física e os esportes de combate. Segundo Quadros e Karnopp (2004), “a Libras é uma língua de modalidade visuoespacial, com estrutura gramatical própria, e deve ser reconhecida em sua legitimidade para garantir o acesso ao conhecimento”.

Este estudo tem como objetivo propor e validar sinais-termos em Libras para vocábulos específicos do judô, visando contribuir com a inclusão efetiva de praticantes surdos. A pesquisa envolve desde a coleta e análise terminológica até a participação ativa da comunidade surda na criação dos sinais, fundamentando-se em princípios de acessibilidade linguística e respeito à cultura surda.

2. O Judô e a Inclusão: Potencial Pedagógico e Social

O judô, desenvolvido por Jigoro Kano em 1882, transcende a mera prática esportiva, pois foi idealizado como uma filosofia que combina disciplina, autoconhecimento e convivência social (KANO, 1994 apud HARNISCH et al., 2016). Como destaca Harnisch et al. (2016), “Jigoro Kano afirmava que

buscava ‘um esporte que pudesse ser praticado por todos e que, ao mesmo tempo, fosse desafiante e competitivo’”. Essa visão universal do judô se reflete hoje no ambiente inclusivo, promovendo a participação de pessoas com deficiência em todos os níveis da modalidade, do recreativo ao paralímpico.

A modalidade adaptada, em especial destinada a pessoas com deficiência visual, introduziu ajustes no protocolo competitivo: o judoca inicia o combate em contato direto com o oponente, e os sinais auditivos substituem as marcações visuais. Desde a estreia nos Jogos Paralímpicos de Seul, em 1988 (masculino), até a inclusão da categoria feminina em Atenas 2004, o judô paralímpico consolidou-se como um exemplo de prática esportiva inclusiva. Pedrinelli e Nabeiro (2012) ressaltam que “a escolha por um contexto mais ou menos inclusivo dependerá dos interesses e motivações de cada participante”

Além das adaptações técnicas, o judô promove inclusão por meio de impactos biopsicossociais. A revisão sistemática de Santos, Coelho e Lemos (2021) mostrou que praticantes com deficiência visual apresentam melhorias na aptidão física, autoestima e inserção social. De forma semelhante, de Freitas (2024) concluiu que o judô proporciona benefícios no desenvolvimento motor, emocional e cognitivo, e principalmente fortalece a autoconfiança e as interações sociais dos atletas.

No contexto escolar, Alves et al. (2015) investigaram a aplicação do judô para estudantes com deficiência visual no Instituto Benjamin Constant (RJ). A pesquisa descreve que “a maioria dos alunos [...] apresentou notáveis melhoras quanto às suas capacidades coordenativas e afetivas”. Isso demonstra que o judô também é um recurso eficaz no ensino inclusivo, alinhado aos propósitos da educação brasileira prevista no Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade (MEC, 2006).

Para que o judô promova inclusão plena, é crucial a formação adequada dos professores. Harnisch et al. (2016) investigaram práticas pedagógicas em turmas inclusivas e destacaram que os treinadores precisam conhecer as especificidades dos alunos, criar formas de comunicação eficaz e individualizada, e estabelecer um vínculo com as famílias. Esses aspectos são confirmados pela ABJI (Associação Brasileira de Judô Inclusivo), segundo a qual “o professor deverá conhecer o potencial do seu aluno [...], estreitando a comunicação efetiva e sistemática com a família”

No aspecto técnico-pedagógico, Drigo et al. (2011) salientam que o judô brasileiro passou por processo de regulamentação, exigindo maior profissionalização dos treinadores, com foco na educação inclusiva. Além disso, Miarka et al. (2011) ressaltam valores comuns entre judocas com e sem deficiência, como respeito, disciplina e colaboração, que favorecem um ambiente social integrador.

Apesar dos avanços, desafios persistem. Estudos de Kons et al. (2022) identificaram maior incidência de lesões em atletas com deficiência, sugerindo a necessidade de protocolos de segurança específicos. Ademais, problemas com a classificação funcional podem afetar o equilíbrio competitivo e a percepção de justiça nos confrontos Paralímpicos

Em suma, o judô tem se destacado como ferramenta eficaz de inclusão, oferecendo recursos técnicos, pedagógicos e sociais para pessoas com deficiência. A modalidade adapta-se às necessidades dos indivíduos, valoriza suas competências e promove o desenvolvimento integral. Entretanto, para que esse processo seja legítimo e sustentável, é fundamental investir na formação contínua dos professores, no estabelecimento de estratégias de segurança, e na disseminação de uma cultura inclusiva nos espaços de prática.

3. Terminologia em Libras

Em relação à Libras, um dos aspectos iniciais que considero relevante destacar é o reconhecimento das línguas de sinais como línguas naturais. Isso significa que elas possuem um conjunto de características próprias que lhes conferem um status linguístico específico, diferenciando-as de outros sistemas de comunicação. (Quadros; Karnopp, 2004, p. 30).

As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia de linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua dos sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças (Quadros; Karnopp, 2004, p. 30).

Embora a Libras apresente todos os níveis linguísticos de uma língua oral, vale lembrar que ela é uma língua de modalidade diferente, visto que é uma língua visuoespacial. Portanto ela vai se distinguir da língua portuguesa e das

demais línguas orais. A libras

[...] visuoespacial representado por si só as possibilidades que traduzem as experiências surdas, ou seja, as experiências visuais os surdos veem a língua que o outro produz por meio do olhar, das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua vista no outro. (Quadros 2017, p.34).

A partir de seus estudos sobre a Língua de Sinais Americana (American Sign Language – ASL), o pesquisador Stokoe identificou três elementos básicos — chamados de parâmetros primários — que ajudam a entender como os sinais são formados. Esses parâmetros são explicados por Brito (1995) da seguinte maneira:

Configuração de Mão (CM): é o formato que a mão assume ao fazer um sinal. Existem várias formas possíveis, dependendo do sinal que se quer expressar;

Ponto de Articulação (PA): é o lugar onde o sinal acontece. Pode ser uma parte do corpo (como o rosto, o peito) ou o espaço à frente do corpo;

Movimento (M): corresponde ao deslocamento que a mão faz ao sinalizar. Esse movimento pode ser para cima, para baixo, para os lados, em círculo, entre outros. Também pode envolver o movimento do pulso ou dos dedos.

Mais tarde, conforme apontado por Quadros e Karnopp (2004), foi incluído mais um parâmetro importante:

Orientação de Mão (OM): diz respeito à direção que a palma da mão está voltada durante o sinal. Pode estar virada para cima, para baixo, para frente, para o corpo, para a direita ou para a esquerda.

Além desses quatro parâmetros, há também um aspecto fundamental na Libras chamado Expressões Não Manuais (ENM). Essas expressões envolvem o uso do rosto e do corpo (como levantar as sobrancelhas, franzir a testa ou movimentar a cabeça) e são essenciais para dar sentido ao sinal. Elas podem indicar, por exemplo, negação, dúvida, tempo (como algo que já aconteceu) ou intensidade.

Em relação aos classificadores, Campello (2008) levanta a preocupação de que, ao utilizar o termo “classificador” ou “classificadores manuais” como um recurso gramatical, corre-se o risco de reduzir a riqueza visual e imagética da Língua de Sinais, transformando essa linguagem visual em algo mais rígido e fixo, como se fosse apenas um “texto” formalizado.

Sabemos que muitos sinais em Libras são construídos com o uso de classificadores, e essa prática é bastante comum em áreas como a Educação Física. No judô não é diferente, os classificadores são frequentemente utilizados para descrever movimentos corporais ou para representar visualmente determinados esportes, facilitando a compreensão das ações que precisam ser executadas.

Dessa forma, entendo que a melhor maneira de apresentar os sinais-termo aos usuários de um glossário é por meio de vídeos. Isso porque os vídeos permitem visualizar com precisão as expressões faciais que são essenciais para a correta compreensão e execução dos sinais.

No caso de sinais não icônicos — aqueles que não representam visualmente o objeto ou conceito a que se referem —, o uso de vídeos se torna ainda mais necessário, pois garantem um registro claro e detalhado desses sinais.

Atualmente, a área da educação de surdos tem sido beneficiada pelo avanço das tecnologias, que possibilitam tanto a gravação quanto a ampla divulgação de vídeos educativos. Com isso, considerando as particularidades linguísticas da Libras e a variedade de ferramentas tecnológicas disponíveis, considero fundamental a criação de um glossário visual, que inclua vídeos demonstrativos dos sinais-termo e imagens complementares para facilitar a compreensão, sendo acessível online.

Além disso, é evidente a importância de desenvolver glossários específicos para diferentes áreas do conhecimento, permitindo que pessoas surdas compreendam melhor os conceitos e, assim, possam se apropriar de forma mais efetiva dos conteúdos próprios de cada campo que desejam estudar ou atuar.

4. Procedimentos Metodológicos

O critério metodológico adotado neste estudo foi a pesquisa descritiva e interpretativa em uma abordagem quanti-qualitativa. No entanto, foram utilizados vários métodos em sua realização.

A primeira etapa da investigação foi selecionar os signos que são utilizados no judô, a partir de literaturas específicas dessa arte Marcial, vale ressaltar que o judô é um esporte oriundo do Japão e por conta disso, os léxicos

não são escritos em Língua Portuguesa, o critério utilizado e seleção consiste na inexistência desses termos em sinais de Libras, a partir de pesquisas em dicionários.

A Segunda etapa foi a pesquisa com docentes da Secretaria de Educação do Maranhão- SEDUC, que trabalham com o ensino de Língua Brasileira de Sinais e com tradução e Interpretação, contou também com a participação de um professor de Judô vinculado a Liga Maranhense de Judô- LIMAJU e a Liga Nacional de Judô- LNJ/BR. Esta etapa utilizou o grupo como forma de organização para coleta de dados. O grupo focal foi formado por cinco participantes distribuídos em três encontros presenciais. As discussões perpassaram por conceituar termos específicos do Judô intrínsecos das áreas de conhecimento, focados no fundador do Judô, Vestimentas e o primeiro grupo de técnicas de projeção, os quais tiveram suas conceituações retiradas de materiais e manuais específicos desta modalidade. O grupo focal contribuiu na contextualização e reestruturação, inclusive, de imagens mais adequadas a serem utilizadas nas descrições dos termos.

A próxima etapa do processo objetivou apresentar os vocábulos à comunidade surda do Maranhão que faz uso das pratica do Judô. Foi criado um grupo de mensagens instantâneas em aplicativo multiplataforma, com o objetivo de facilitar a interação.

A comunidade surda sugeriu sinais novos, gravou e enviou os vídeos com propostas de sinais para apresentação e validação. Registrados os sinais específicos em Libras, organizou-se o segundo encontro com a comunidade surda acadêmica. Os termos foram apresentados pelos participantes da pesquisa por meio do Google Meet. Aos faltosos, houve apresentação do vídeo com o repasse dos sinais enviados, previamente, por e-mail e/ou grupos de comunicação instantâneos. Desta forma, estes participantes puderam contribuir com críticas, sugestões, aprovando ou descartando a possibilidade de um sinal ser validado pela comunidade. Todo o processo foi gravado para análises posteriores com seus devidos termos de consentimento.

Os dez termos tiveram suas análises feitas em fichas lexicográficas, seguindo o modelo de ficha utilizado por Lima (2014) com adaptações, conforme necessidade. Foram analisados os parâmetros fonológicos de

cada sinal, tais como, configuração de mão, ponto de articulação, movimento, orientação da palma da mão, expressão facial e corporal e tipo de movimento, além da análise gramatical da Libras. As análises resultaram em um copilado com a definição dos termos em imagens em fotografia das sequências dos sinais.

5. Resultados

Como resultado, foram validados 09 termos, que foram criados e incluídos para análise em fichas lexicográfica e posteriormente serão organizados em glossário específico da modalidade esportiva judô, isso acontece pela necessidade de inclusão efetiva dos atletas Surdos praticantes desta modalidade. Os sinais criados são: Jigoro Kano, Wagi, Obi, Shitabaki, O-uchi-gari, Seio Nage (Variação 1), Seio Nage (Variação 2), Ko-Uchi-gari e O-Soto-Gari.

Os termos investigados fazem parte da semântica das Áreas da Educação Física, esportes de combate e Judô e serão utilizados tanto nas comunidades de judocas surdos, professores e pesquisadores, quanto em cursos voltados para tais áreas. A promoção de uma educação inclusiva exige a compreensão da diversidade existente em todas as áreas. Nesse cenário, muitos professores de Judô se veem despreparados para lidar com a inclusão de estudantes com deficiência. Para que possam aprimorar suas práticas pedagógicas no ensino do judô, é fundamental que recebam suporte técnico e acompanhamento contínuo.

A relevância desta pesquisa está associada ao compromisso das Ligas de judô no Brasil na busca de práticas e estudos para que o judô seja mais acessível para todos, no caso dos Surdos, o respeito a sua particularidade Linguística, potencializa o processo de inclusão. Quando não há um sinal específico para uma palavra, outras estratégias são adotadas, como o uso do alfabeto manual ou datilológico. De acordo com a proposta de Padden (1998) para a ASL, o alfabeto soletrado manualmente consiste em um conjunto de configurações de mão que representam as letras do alfabeto da língua portuguesa. Dessa forma, para que o alfabeto manual tenha significado, as Pessoas Surdas precisam compreender a língua portuguesa, pois esse tipo de

soletração corresponde à representação manual da ortografia do português, seguindo uma sequência de configurações de mão equivalentes às letras escritas (QUADROS E KARNOPP, 2004, p. 88). O recurso da datilologia, ou soletração manual, é frequentemente utilizado quando não se conhece ou não há um sinal específico, o que pode dificultar a compreensão da mensagem por Pessoas Surdas que não são bilíngues.

A metodologia adotada baseou-se na criação de um glossário inicial com termos técnicos do Judô, disponibilizado em vídeos na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Esse material foi desenvolvido em parceria com a secretaria de Estado de educação do Maranhão, Liga Maranhense de Judô e a Liga Nacional de Judô. Os resultados da pesquisa foram relevantes, pois possibilitaram a criação de um material inclusivo que poderá ser utilizado por outras instituições e profissionais da área.

Figura 1- Proposta de Sinal de Jigoro Kano (Fundador do Judô).



Fonte: Autores (2025)

Figura 2- Proposta de Sinal de OBI.



Fonte: Autores (2025)

Figura 3- Proposta de Sinal de WAGI.



Fonte: Autores (2025)

Figura 4- Proposta de Sinal de SHITABAKI



Fonte: Autores (2025).

Figura 5- Proposta de Sinal de SEOI NAGE



Fonte: Autores (2025).

Figura 6- Proposta de Sinal de O SOTO GARI



Fonte: Autores (2025).

Figura 7- Proposta de Sinal de KOUCHI GARI



Fonte: Autores (2025).

Figura 8 – Proposta de Sinal de OUCHI GARI



Fonte: Autores (2025).

6. Conclusão

A pesquisa desenvolvida revelou a urgência de iniciativas que promovam a acessibilidade linguística em contextos esportivos, especialmente no judô. A criação de nove sinais-termos específicos, validados por membros da comunidade surda e organizados em fichas lexicográficas, representa um avanço significativo no processo de inclusão e na valorização da Libras como língua legítima de instrução e comunicação.

O engajamento de professores de Libras e judô, aliado à participação ativa da comunidade surda, garantiu à pesquisa um caráter colaborativo e comprometido com as reais necessidades dos praticantes. Além disso, a proposta de um glossário visual acessível, baseado em vídeos e imagens, contribui para a efetivação de uma educação inclusiva, respeitando os princípios linguísticos e culturais da comunidade surda.

Recomenda-se que projetos semelhantes sejam desenvolvidos em outras modalidades esportivas, ampliando a produção terminológica em Libras e fortalecendo práticas inclusivas em todos os níveis da educação e do esporte. A democratização do conhecimento técnico por meio de sinais específicos permite que os surdos não apenas participem, mas se apropriem criticamente das práticas esportivas.

Referências

ALVES, Álvaro L. M. et al. **Judô na escola para pessoas com deficiência visual: benefícios, estratégias metodológicas e adaptações.** Revista Presença, 2015.

CAMPELLO, A. R. E. S. **Aspectos da Visualidade na Educação de Surdos.** 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91182>. Acesso em: 21 abril. 2025.

DE FREITAS, Raphael F. F. **O impacto transformador do judô em atletas com deficiência: inclusão, adaptação e insights de desempenho.** Revista Sistemática, 2024.

DRIGO, A. J. et al. **Artes marciais, formação profissional e escolas de ofício: análise documental do judô brasileiro.** Motricidade, 7(4), 2011.

HARNISCH, G. S. et al. **O ensino do judô de forma inclusiva no Brasil.** Journal of Research in Special Educational Needs, 2016.

LIMA, Vera Lúcia Souza e. **Língua de sinais: Proposta terminológica para a área de desenho arquitetônico.** 2014. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014. 272p

MIARKA, B.; INTERDONATO, G. C.; GREGUOL, M.; FRANCHINI, E. **Paraolimpismo, judô adaptado e suas precondições de convivência.** Hórus, 5(1), 2011.

PEDRINELLI, V. J.; NABEIRO, M. **A prática do esporte pela pessoa com deficiência na perspectiva da inclusão.** In: WINCKLER, C. (org.), *Esporte Paralímpico*. Atheneu, 2012.

QUADROS, Ronice Müller de. KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos.** Porto Alegre: ArtMed, 2004.

QUADROS, R. M. **Língua de herança: língua brasileira de sinais.** Porto Alegre: Penso, 2017.

SANTOS, L.; COELHO, M. T.; LEMOS, M. ***O contributo do judô na promoção da saúde biopsicossocial e na inclusão esportiva do deficiente visual: uma revisão sistemática.*** U. de Uberaba, 2021.

LIBRAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Amilton da Silva Reis ¹

Iana Pereira de Araújo Guimarães²

Linaria Merreira Martins ³

Maria de Jesus Divina da Silva⁴

Tafnes de Moura Ribeiro ⁵

Vanessa Alves da Cruz⁶

Rennan Alberto dos Santos Barroso.⁷

Resumo

O presente artigo discute os principais desafios enfrentados na formação de professores para o ensino de Libras e sua atuação na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva. A análise evidencia que, embora haja avanços legais e institucionais que reconhecem a importância da Língua Brasileira de Sinais no contexto escolar, ainda persistem obstáculos relacionados à preparação adequada dos docentes, à oferta de cursos de formação continuada e à superação de preconceitos linguísticos e culturais. Ao mesmo tempo, são identificadas possibilidades promissoras a partir de políticas públicas específicas, da valorização da diversidade e do fortalecimento de práticas pedagógicas que respeitem as singularidades dos estudantes surdos. Este estudo destaca a necessidade de um compromisso coletivo das instituições de ensino, gestores e comunidade escolar para garantir a inclusão efetiva, tornando a Libras não apenas uma disciplina, mas um instrumento de transformação pedagógica e social. Além disso, é imprescindível reconhecer que a formação de professores para o ensino de Libras deve articular saberes teóricos e experiências práticas, criando oportunidades para vivências reais que favoreçam a empatia e a compreensão das demandas da comunidade surda. A troca entre profissionais, o contato com pessoas surdas e a reflexão coletiva sobre os desafios cotidianos são estratégias que enriquecem o processo formativo, tornando-o mais sensível e eficaz.

Palavras-chave: Libras; Formação docente; Inclusão; Educação de surdos; Políticas públicas.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,

⁵ Graduanda do Curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, .

⁶ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,

⁷ Mestre em Educação Inclusiva (UNIFESSPA). Letras- Libras (UEPA). Professor do departamento de Educação Campus Balsas UEMA.

Abstract

This article discusses the main challenges faced in the training of teachers for teaching Libras and their role in promoting truly inclusive education. The analysis shows that, although there are legal and institutional advances that recognize the importance of Brazilian Sign Language in the school context, obstacles still persist related to the adequate preparation of teachers, the provision of continuing education courses, and the overcoming of linguistic and cultural prejudices. At the same time, promising possibilities are identified based on specific public policies, the appreciation of diversity and the strengthening of pedagogical practices that respect the singularities of deaf students. This study highlights the need for a collective commitment from educational institutions, administrators, and the school community to ensure effective inclusion, making Libras not just a subject, but an instrument of pedagogical and social transformation. Furthermore, it is essential to recognize that teacher training for teaching Libras must combine theoretical knowledge and practical experiences, creating opportunities for real-life experiences that foster empathy and understanding of the demands of the deaf community. Exchanges between professionals, contact with deaf people, and collective reflection on everyday challenges are strategies that enrich the training process, making it more sensitive and effective.

Keywords: Libras; Teacher training; Inclusion; Education of the deaf; Public policies.

1. Introdução

A inclusão de alunos surdos no sistema educacional brasileiro trouxe à tona a necessidade de uma formação de professores que contemple, de forma efetiva, o ensino da Libras. Com a promulgação da Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão, e do Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta seu uso e ensino, intensificou-se o debate sobre o papel da formação docente na promoção de uma educação bilíngue e inclusiva. Contudo, muitas instituições de ensino superior ainda enfrentam desafios na implementação de uma formação adequada em Libras para futuros educadores.

Neste contexto, torna-se fundamental analisar como a formação de professores pode ser aprimorada para atender às demandas de uma educação inclusiva. É necessário refletir sobre estratégias que promovam não só o domínio técnico da Libras, mas também a sensibilização para as questões culturais e identitárias da comunidade surda. A construção de espaços

formativos que privilegiem a troca de experiências, a reflexão crítica e a colaboração entre profissionais são um caminho promissor para avançar nesse cenário. Além disso, a articulação entre teoria e prática, por meio de estágios supervisionados e experiências reais de interação com estudantes surdos, contribui significativamente para o desenvolvimento de competências essenciais aos futuros docentes.

Diante deste cenário, surge o questionamento: como garantir que os professores estejam devidamente preparados para utilizar a Libras como ferramenta pedagógica e promover uma educação inclusiva que respeite e valorize a diversidade linguística e cultural dos estudantes surdos? Essa problemática exige uma reflexão profunda sobre os processos de formação docente e as políticas educacionais voltadas para a inclusão. A partir de uma abordagem bibliográfica e documental, a pesquisa reflete-se sobre a legislação educacional, os direitos linguísticos das pessoas surdas e a necessidade de uma formação docente crítica e comprometida com a diversidade. Que apesar dos avanços observados, a integração da Libras nas práticas pedagógicas ainda revela limitações tanto na formação inicial quanto na formação continuada dos profissionais da educação. Como destacam Quadros e Karnopp (2004), a formação de professores para o ensino da Libras demanda não apenas o domínio linguístico, mas também uma compreensão profunda das especificidades culturais da comunidade surda.

Entretanto, conforme apontam Lacerda e Souza (2006), muitos cursos de licenciatura oferecem uma abordagem superficial ou facultativa ao ensino da Libras, resultando em docentes que, ao ingressarem no ambiente escolar, sentem-se inseguros para atuar de modo pleno em contextos inclusivos.

Nesse contexto, é necessário investir em programas permanentes de capacitação que transcendam o aspecto técnico da Língua Brasileira de Sinais e abarquem as dimensões culturais e identitárias relacionadas à surdez, como defendem Skliar (1998) e Strobel (2009). A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva depende do reconhecimento da Libras como componente curricular e da valorização da experiência surda enquanto elemento enriquecedor das práticas educativas.

Assim, faz-se necessário que as instituições de ensino superior revisem seus projetos pedagógicos, incorporando a Libras de modo transversal e

obrigatório, promovendo a articulação entre teoria e prática, além de proporcionar experiências reais de interação com a comunidade surda (Quadros, 2012). Somente por meio desse compromisso será possível superar os obstáculos existentes e assegurar que a inclusão de estudantes surdos deixe de ser uma dificuldade isolada, tornando-se uma conquista coletiva de toda a comunidade escolar.

A formação docente deve ser repensada para além dos conteúdos curriculares tradicionais, incorporando vivências e práticas que dialoguem diretamente

com a realidade dos estudantes surdos, pois a estruturação de programas formativos alinhados às diretrizes legais e à valorização da Libras como instrumento pedagógico é fundamental para consolidar uma educação verdadeiramente bilíngue e inclusiva.

Nesse contexto, a pesquisa objetiva investigar como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), está inserida na formação inicial e continuada de professores visando uma educação mais justa, inclusiva, e de qualidade para os estudantes surdos. pois a colaboração entre diferentes profissionais no ambiente escolar - professores, gestores, intérpretes e a própria comunidade surda – são essenciais para o desenvolvimento de estratégias inovadoras, capazes de promover o respeito à diversidade linguística e cultural.

Por tanto, investir em formação continuada, no compartilhamento de experiências e na construção coletiva do conhecimento são caminhos indispensáveis para superar os desafios que ainda são presentes na inclusão de estudantes surdos. Cabe salientar que, ao reconhecer a Libras como componente essencial do processo educativo, a escola reafirma seu compromisso com a equidade e com o direito de todos à aprendizagem, fortalecendo a cidadania e a autonomia dos sujeitos surdos.

2. Referencial Teórico

2.1 A Libras e sua importância na educação

A educação inclusiva pressupõe a garantia do direito de todos à aprendizagem em condições de igualdade, respeitando as diferenças e

promovendo a equidade. Nesse contexto, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) se torna um instrumento essencial para a efetiva inclusão educacional das pessoas surdas. Reconhecida legalmente pela Lei nº 10.436/2002, a Libras é definida como meio legal de comunicação e expressão, sendo regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, que estabelece a obrigatoriedade do seu ensino nos cursos de formação de professores e fonoaudiólogos, além de sua presença nos sistemas de ensino como língua de instrução e comunicação.

Para Quadros e Karnopp (2004), a Libras é uma língua plena, e é por meio dela que a pessoa surda desenvolve sua identidade, aprende sobre o mundo e se expressa de forma autêntica. Quando a escola reconhece a Libras como língua de instrução, ela não está apenas transmitindo conteúdos está validando a existência, a

cultura e o direito de aprender em igualdade de condições. O reconhecimento da Libras no espaço escolar não apenas assegura o acesso ao conhecimento, como também fortalece a identidade cultural e linguística do aluno surdo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) também reforça o compromisso com a inclusão, ao mencionar que os sistemas de ensino devem garantir condições de acessibilidade e aprendizagem para todos os estudantes, reconhecendo a importância da comunicação em Libras no caso dos alunos surdos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), em seu artigo 59, assegura currículos, métodos e recursos adaptados para atender às necessidades educacionais específicas.

Skliar (1998), ao abordar a surdez sob a perspectiva da diferença e não da deficiência, propõe uma mudança de paradigma no tratamento educacional dos surdos. Em vez de tentar integrá-los ao modelo hegemônico da oralidade, é preciso respeitar sua cultura e língua próprias. A escola, nesse sentido, deve funcionar como espaço de convivência entre culturas e línguas, promovendo o bilinguismo: Libras como primeira língua e português escrito como segunda.

Porém, como lembra Strobel (2008), ainda há muitos desafios: faltam professores capacitados em Libras, intérpretes nas salas de aula e materiais didáticos acessíveis. Muitas vezes, o aluno surdo é incluído fisicamente, mas excluído linguisticamente e pedagogicamente. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que valorizem a formação docente, promovam a acessibilidade e

incentivem o diálogo entre as culturas surda e ouvinte. Em síntese, a literatura especializada e os marcos legais convergem para a compreensão de que a Libras é um direito linguístico, educacional e cultural da comunidade surda. Sua presença no ambiente escolar é imprescindível para que a educação cumpra seu papel democrático, acolhendo a diversidade e promovendo o aprendizado de forma equitativa.

É importante lembrar que a Libras não é essencial apenas para os professores, mas para todos os profissionais da escola — e também para os próprios alunos. Afinal, a verdadeira inclusão acontece quando todos têm as ferramentas necessárias para se comunicar e interagir de forma livre e respeitosa com qualquer pessoa, inclusive com os colegas surdos. Por isso, fica claro que não podemos falar em inclusão de fato se aqueles que fazem parte do ambiente escolar não conhecem a Libras. (PEREIRA, 2019).

No entanto, apesar dos avanços legais e o reconhecimento da Libras como direito linguístico, a educação bilíngue ainda enfrenta inúmeros desafios cotidianos. A formação inicial e continuada de professores demanda revisão constante, abrangendo não apenas o domínio da Libras, mas também uma compreensão aprofundada das especificidades culturais, identitárias e sociais da comunidade surda. Segundo Quadros e Schmiedt (2006), formar professores para o ensino bilíngue requer uma abordagem que vá além da técnica, incorporando aspectos da cultura surda e da construção identitária. É imprescindível que os cursos de licenciatura e pedagogia proporcionem vivências práticas, estágios supervisionados e experiências de imersão em contextos reais de ensino bilíngue, pois somente assim será possível formar profissionais sensíveis às demandas desse grupo e aptos a construir pontes entre diferentes modos de pensar e comunicar (MOURA, 2000).

Ademais, o compromisso institucional das redes de ensino deve traduzir-se em políticas de valorização dos profissionais fluentes em Libras, na ampliação de equipes multiprofissionais e na produção de materiais didáticos acessíveis. Conforme o Decreto nº 5.626/2005, é dever dos sistemas de ensino garantir condições adequadas para a educação de surdos, o que inclui recursos humanos e pedagógicos apropriados. O envolvimento de toda a comunidade escolar — famílias, estudantes, intérpretes e gestores — contribui para fortalecer um ambiente de respeito mútuo, no qual a diversidade é consolidada

como valor central da experiência educativa (SKLIAR, 1998).

É igualmente necessário fomentar espaços de diálogo entre educadores ouvintes e surdos, promovendo trocas de saberes que potencializem práticas pedagógicas inovadoras e mais alinhadas às realidades dos estudantes. Como destaca Strobel (2008), a construção de uma escola inclusiva passa pelo reconhecimento da diferença como valor e pela valorização da Libras como língua de instrução. Assim, a escola passa a configurar-se como um espaço de pertencimento, no qual a Libras não apenas viabiliza o acesso ao currículo, mas também reafirma identidades, histórias e projetos de vida (FERREIRA-BRITO, 1995).

Aprender Libras não deveria ser algo voltado apenas para a comunidade surda. Esse conhecimento precisa ser incentivado para todos, pois a comunicação, a expressão e as convivências sociais são direitos fundamentais de cada pessoa independentemente de suas particularidades. A língua de sinais não é apenas um direito, mas também uma responsabilidade coletiva. É por meio da troca, do respeito e da educação que a inclusão se torna real no dia a dia.

2.2 Formação de Professores e a Inclusão

A Libras (Língua Brasileira de Sinais) é reconhecida oficialmente como um modo de comunicação dos surdos com a sociedade. Nas escolas, a utilização de Libras é fundamental para o desenvolvimento e transformação do ambiente escolar em um lugar de acolhimento e para construir um ensino inclusivo e com qualidade para os estudantes surdos.

Incluir os estudantes surdos exige que as escolas contemplem necessidades e especificidades dessa população, trazendo para a sala de aula o conhecimento cultural e linguístico da comunidade surda. Para tanto, a resolução da CNE/ CBE nº 2 de 2011 (Brasil, 2001, p. 2), artigo 8º, Inciso I, ressalta que:

Art. 8º As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:
I - Professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos.

Na formação docente, a inclusão dessa língua torna-se ainda mais relevante, pois o professor será responsável por implementar práticas pedagógicas que incluam e incentivem a participação ativa desses alunos nas aulas, além de garantir que essas práticas atendam as demandas necessárias dos estudantes, inclusive os que possuem deficiência auditiva.

Entretanto, essa formação docente ainda é um dos maiores desafios encontrados na inclusão da língua no âmbito educacional, pois muitos desses profissionais não são capacitados para compreender essa diversidade da língua, tornando a comunicação e a relação entre o educador e o estudante uma barreira significativa para a aprendizagem do estudante.

Assim, a formação inicial de professores ainda é insuficiente para promoção de um ensino inclusivo e nem mesmo prepara esses profissionais para entender as necessidades dos estudantes surdos.

De acordo com Silva e Medeiros (2023), o professor é uma peça-chave na aprendizagem do aluno, de modo que ensinar e comunicar-se com os seus alunos surdos gera uma maior segurança e interesse pela aprendizagem, além de ajudar o estudante na interação com os outros alunos e com o meio em que convive.

O professor enquanto mediador e facilitador do ensino- aprendizagem exerce a função de criar mecanismos que facilitem a aprendizagem, além de desenvolver estratégias que promovam a inclusão desse aluno nas práticas educativas.

A formação docente deve incluir tanto aspectos teóricos quanto aspectos práticos da língua a fim de que esse profissional seja capaz de compreender e desenvolver diversas abordagens pedagógicas que contribuam para a aprendizagem do aluno surdo.

Diante disso, Santos (2022) ressalta que para que ocorra de fato uma educação inclusiva eficiente que contemple as necessidades dos estudantes são necessárias políticas públicas de implementação de um currículo de formação docente que vise atender as limitações e especificidades educativas do estudante surdo.

Para tanto, a educação não deve limitar-se somente a garantir que o aluno tenha acesso e permanência no ensino regular, mas que eles possam também

adquirir uma educação democrática e inclusiva, valorizando a participação ativa desse aluno nas práticas educativas. Através dessa educação inclusiva, o professor conseguirá desenvolver um ensino-aprendizado baseado na autonomia e igualdade tornando o ambiente inclusivo e propício a um aprendizado efetivo.

Nesta perspectiva, a inclusão de Libras no currículo de formação dos professores é importante não para que o docente saia da universidade fluente em Libras, mas para que esse profissional desenvolva competências para relacionar-se e comunicar-se com os alunos surdos em sala de aula, compreendendo suas limitações e atuando no desenvolvimento de práticas pedagógicas adaptadas às suas necessidades.

Além disso, o professor preparado para compreender e auxiliar os alunos surdos assume o papel essencial na construção e desenvolvimento de um ensino mais justo e igualitário, promovendo mais segurança e oportunidades para a comunidade surda.

Desse modo, capacitar os professores por meio da inclusão da disciplina de Libras na formação inicial e formação continuada é fundamental para garantir os direitos dos alunos surdos, e garantir que eles tenham acesso a um ensino inclusivo e uma educação de qualidade.

2.3 Possibilidades e caminhos para uma formação inclusiva

A formação inclusiva dos professores é um dos principais caminhos para assegurar o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência auditiva. No contexto da educação de surdos, a Libras (Língua Brasileira de Sinais) desempenha papel central, não apenas como meio de comunicação, mas como expressão cultural e identidade da comunidade surda. Para que a escola seja verdadeiramente inclusiva, é necessário que os cursos de licenciatura ofereçam uma formação sólida em Libras, articulada com práticas pedagógicas que respeitem a diversidade linguística e cultural (QUADROS, 2004).

Entre as possibilidades para essa formação está o fortalecimento das disciplinas de Libras nos cursos de formação inicial. Em muitas instituições, a carga horária destinada ao estudo da Libras ainda é insuficiente e marcada por

abordagens superficiais. Ampliar o tempo dedicado ao estudo da língua e proporcionar vivências com a comunidade surda são medidas fundamentais para que os futuros professores desenvolvam competências comunicativas e atitudinais voltadas para a inclusão. Além disso, projetos de extensão universitária e estágios em escolas inclusivas podem ser caminhos valiosos para aproximar teoria e prática na formação docente.

Outro caminho importante para a formação inclusiva é o investimento em cursos de formação continuada que contemplem o ensino de Libras e os princípios da educação inclusiva. Muitos professores em exercício não tiveram acesso a uma formação inicial adequada na área, e a formação continuada surge como oportunidade de atualização e aprimoramento. Como observa Quadros (2004), é necessário criar espaços formativos que valorizem a Libras como língua de instrução e como direito dos surdos, promovendo o respeito à diferença e a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

As parcerias entre instituições de ensino superior, associações de surdos e escolas públicas ou privadas também se configuram como caminhos estratégicos para a formação inclusiva. Essas parcerias permitem a realização de oficinas, cursos livres, seminários e outras ações que aproximam os professores da realidade da comunidade surda. Ao mesmo tempo, favorecem a construção de redes de apoio e colaboração que fortalecem a prática docente inclusiva. O diálogo entre universidade e escola é essencial para a superação de barreiras atitudinais e para a consolidação de uma educação que respeite os direitos linguísticos e culturais dos alunos surdos.

Por fim, é fundamental que as políticas públicas ampliem seu compromisso com a formação inclusiva dos professores, garantindo condições para a implementação das diretrizes previstas na legislação. Isso implica, entre outras ações, o financiamento de cursos, a oferta de materiais didáticos acessíveis e o acompanhamento das práticas pedagógicas inclusivas nas escolas. Possibilitar uma formação inclusiva é, em última análise, investir na construção de uma escola democrática, capaz de acolher e valorizar a diversidade de seus estudantes.

A perspectiva de uma formação docente inclusiva exige que se repensem as concepções tradicionais de normalidade e deficiência. Carlos Skliar (1998) defende a importância de enxergar a surdez não como uma ausência ou

deficiência, mas como uma diferença linguística e cultural legítima. Nesse sentido, formar professores para a inclusão significa capacitá-los a lidar com a diversidade como valor e não como obstáculo. Essa mudança de olhar é fundamental para que a educação inclusiva não se restrinja à matrícula de estudantes surdos nas escolas regulares, mas se concretize em práticas pedagógicas efetivamente acessíveis e respeitosas.

Além disso, é necessário que as instituições de formação docente ofereçam espaços de reflexão crítica sobre as estruturas escolares que historicamente excluíram sujeitos surdos. Skliar (1998) aponta que a escola, muitas vezes, tenta integrar o aluno surdo ao “modelo ouvinte” de ensino, sem considerar suas especificidades linguísticas. Dessa forma, a Libras deve ser reconhecida como língua de instrução, e não apenas como apoio. Isso exige, conforme também destaca Quadros (2004), que os cursos de licenciatura contemplem o bilinguismo em sua proposta curricular, preparando professores para atuar em contextos bilíngues e multiculturais.

Um ponto fundamental para avançar nesse processo é investir na formação ética e política dos professores. Skliar (2003) ressalta que a inclusão não se constrói apenas com técnicas e metodologias, mas com o reconhecimento do outro como sujeito de direitos. Assim, o compromisso com a inclusão precisa ser parte da identidade docente, refletindo-se nas escolhas pedagógicas cotidianas, na escuta sensível e na valorização de todas as formas de expressão e aprendizado presentes na sala de aula.

Nesse contexto, surgem como caminhos promissores as práticas pedagógicas colaborativas, nas quais o professor deixa de ser o único detentor do saber e passa a construir conhecimento junto com seus alunos. Ao trabalhar com estudantes surdos, o professor pode aprender a partir da Libras, da experiência surda e da convivência com a diferença. Como apontam Skliar (1998) e Quadros (2004), essa relação pedagógica horizontal favorece o rompimento com posturas autoritárias e promove uma educação mais humana e equitativa.

Conclui-se, portanto, que a formação inclusiva passa por uma transformação profunda das concepções educacionais. O diálogo entre as contribuições de autores como Quadros e Skliar mostra que a inclusão não é apenas uma questão de adaptar práticas existentes, mas de reinventar a escola

a partir do reconhecimento das diferenças. Ao investir na formação crítica, ética e linguística dos professores, abrem-se possibilidades reais para uma educação que acolha a todos e celebre a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo.

3. Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, fundamentada nos procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental. Essa opção metodológica se justifica pela complexidade do tema, que envolve múltiplas dimensões legais, pedagógicas, culturais e linguísticas, relacionadas à formação de professores para o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no contexto da educação inclusiva.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida por meio da análise criteriosa de livros, artigos científicos, dissertações e outras publicações acadêmicas que tratam da formação inicial e continuada de professores, da inclusão de estudantes surdos e do ensino da Língua Brasileira de Sinais. Os materiais selecionados priorizaram autores de reconhecida relevância na área, como Quadros, Karnopp, Skliar, Lacerda e Strobel, buscando compreender o papel da Libras como instrumento pedagógico e direito linguístico. As fontes foram localizadas em bases acadêmicas como SciELO, Google Acadêmico e Portal CAPES, garantindo a atualidade e o rigor científico das informações.

Foram utilizados descritores como “formação docente”, “Libras”, “educação inclusiva”, “políticas públicas” e “educação de surdos”, a fim de localizar produções

relevantes que subsidiem a discussão teórica do estudo. A escolha dessa abordagem se justifica pelo potencial de reunir contribuições consolidadas sobre o tema, favorecendo uma compreensão aprofundada das questões envolvidas.

Complementarmente, utilizou-se a análise documental, com foco nos marcos legais e normativos que regulamentam o ensino da Libras e a formação de professores no Brasil. Dentre os documentos analisados, destacam-se: a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão; o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta seu uso; a Lei nº

9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); e a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que estabelece diretrizes para a educação especial na educação básica. Esses documentos foram essenciais para compreender as obrigações institucionais e os direitos da comunidade surda no âmbito educacional.

A articulação entre os dados bibliográficos e documentais permitiu uma análise crítica sobre os desafios enfrentados na formação inicial e continuada de professores, bem como as possibilidades de promoção de práticas pedagógicas inclusivas. Dessa forma, a metodologia empregada proporcionou uma compreensão aprofundada das políticas, estratégias e necessidades formativas voltadas à construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e democrática.

4. Considerações Finais

A formação de professores para o ensino de Libras e para a prática da educação inclusiva é, sem sombras de dúvida, refletir sobre um dos grandes desafios que estão presentes no cenário educacional brasileiro. Houve muitos avanços conquistados na Libras como o reconhecimento da língua oficial da comunidade surda e o fortalecimento de algumas políticas públicas, porém ainda existe muito a ser feito, muitos caminhos a serem trilhados.

Quando se trata da formação dos docentes, percebe-se que nem sempre eles conseguem se apropriar de práticas realmente inclusivas e eficazes na comunicação com estudantes surdos. É de suma importância compreender e perceber que incluir não é somente colocar um aluno surdo dentro da sala de aula.

A inclusão, na verdade, significa garantir que esse estudante tenha acesso pleno à comunicação, informação e, além de tudo isso, ao conhecimento. Isso exige que a formação dos futuros professores vá muito além do básico, oferecendo uma abordagem mais significativa sobre Libras.

Essa abordagem faz com que estimule a prática docente reconhecendo e valorizando a riqueza da diversidade linguística e cultural presente em todas as escolas. Existem muitos desafios nesse processo, entre eles são: a falta de profissionais qualificados, materiais didáticos que sejam adaptados para a

necessidade dos alunos e muitas das vezes, sobra resistência dentro das próprias instituições de ensino.

Junto com isso a pouca valorização dos processos de formação continuada, ao mesmo tempo em que surgem esses obstáculos, também se abrem inúmeras possibilidades, desde a adoção de novas metodologias que são mais inclusivas até a construção de ambientes escolares colaborativos, onde a Libras não seja vista como um simples adereço, mas claro como uma parte essencial de uma educação realmente democrática e para todos.

Diante desse cenário, se torna cada vez mais urgente repensar em como estão formando nossos professores. É necessário investir em processos que sensibilizem, formem de maneira crítica e incentivem práticas pedagógicas comprometidas com o direito de aprender de cada sujeito, levando em conta às suas especificidades.

Mais do que chegar a cumprir uma determinação, a formação em Libras precisa ser entendida como um grande compromisso ético, social e humano, precisa ser pautado com respeito na equidade e na garantia de ter acesso ao conhecimento.

Dito isso, é possível afirmar que a formação docente em Libras precisa ser cada vez mais fortalecida, ela é crucial na educação inclusiva, precisa construir uma escola que acolha, que valorize e que promova o desenvolvimento de todos os estudantes surdos. Uma escola onde os alunos possam ter voz e vez, contribuindo diretamente para a construção de uma sociedade mais justa, que seja inclusiva e plural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SOUZA, Rosângela Gavioli Prieto de. A formação de professores e a educação de surdos: problematizando a prática. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. M. F. dos (org.). Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2006. p. 165–186.
- SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- STROBEL, Kátia. Ouvindo com os olhos: a surdez, o ensino de língua portuguesa, a diferença. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- QUADROS, Ronice Müller de. Políticas linguísticas e educação de surdos. In: SANTOS, R. M.; JESUS, D. C. (org.). Educação bilíngue para surdos: políticas, práticas e desafios. Florianópolis: UFSC, 2012. p. 27–46.
- PEREIRA, Sabrina da Silva. A importância da Libras no processo de inclusão escolar. Revista Educação Pública, v. 19, n. 31, 2019.
- QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Maria Helena. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- MOURA, Maria Cecília. Linguagem e educação: o discurso surdo na escrita. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- FERREIRA-BRITO, Lucinda. Por uma gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001.
- SILVA, Amanda Tássila Gomes et al. Formação docente em LIBRAS como trajetória para inclusão escolar. In: MEDEIROS, Janiara de Lima (Org.). Ensino e educação: contextos e vivências. Campina Grande: Licuri, 2023. p. 58–68.
- SANTOS, Jéferson Evangelista dos. Formação de professores para a educação inclusiva: panorama das pesquisas nos encontros da ANPEd (2011-2021). In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA E ENSINO EM CIÊNCIAS – CONAPESC, 7., 2022. Anais. [S.l.]: CONAPESC, 2022. p. 816–830.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- STROBEL, Karin. O protagonismo surdo: a experiência do INES. Petrópolis: Arara Azul, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2003.

EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO CONTEXTO SURDO: RELEVÂNCIA E DESAFIOS PARA A SUA EFETIVA APLICAÇÃO

Rennan Alberto dos Santos Barroso¹

Cheyenne Vasconcelos²

Jeiel Silva Teixeira³

Lunna Beatriz Noletto Silva⁴

Priscila Dias Carneiro⁵

Samantha Almeida Martins da Silva⁶

Sílvia Helena Nunes⁷

Resumo

O presente artigo visa discutir a importância e os desafios da educação bilíngue no contexto da comunidade surda brasileira. Esta proposta bilíngue, que entende a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua (L1) de pessoas surdas e almeja a Língua Portuguesa escrita como segunda (L2), é apresentada como a forma mais eficaz de inclusão educacional e social dos surdos. A pesquisa, de natureza bibliográfica, explora fundamentos teóricos sobre aquisição de linguagem, legislação brasileira – como a LDB, a Lei 10.436/2002 e a Lei 14.191/2021 – e práticas pedagógicas adaptadas. Conclui-se que, apesar dos avanços legais, ainda há carência de profissionais qualificados e desigualdade no acesso a escolas bilíngues, sendo urgente o incentivo governamental para ampliar e descentralizar essa modalidade de ensino.

Palavras-chave: surdez, educação bilíngue, Libras, inclusão, ensino.

Abstract

The following article has the objective of discussing the importance and the challenges of the bilingual education in the context of the Brazilian deaf community. This bilingual proposition which understands the Brazilian Sign Language (Libras) as the first language (L1) of deaf people and aims the written Portuguese Language as the second (L2) is introduced as the most efficient way

¹ Mestre em Educação Inclusiva (UNIFESSPA). Letras- Libras (UEPA). Professor do departamento de Educação Campus Balsas UEMA.

² Graduanda do 5º período do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas Respectivas Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

³ Graduanda do 5º período do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas Respectivas Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

⁴ Graduanda do 5º período do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas Respectivas Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

⁵ Graduanda do 5º período do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas Respectivas Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

⁶ Graduanda do 5º período do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas Respectivas Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

⁷ Graduanda do 5º período do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas Respectivas Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

of educational and social inclusion of the deaf. The research, of bibliographic nature, explores theoretical fundamentals of language acquirement, the Brazilian legislation – such as the LDB, the Law 10.436/2002 e the Law 14.191/2021 – and adapted pedagogical practices. In conclusion, despite the legal advancements there is still a lack of qualified professionals and inequality in the access to bilingual schools, it's pressing the governmental incentives to expand and decentralise this way of teaching.

Key words: deafness, bilingual education, Libras, inclusion, teaching.

1. Introdução

A educação bilíngue para surdos é um tema emergente que vem se delineando com o passar do tempo e o aumento das pesquisas acerca desse tema. Ao tratar sobre a inclusão da comunidade surda - levando em consideração tanto os surdos quanto as pessoas com deficiência auditiva - o olhar passa não somente pelo âmbito educacional, mas também sociocomunicativo, pois o bilinguismo garante uma melhor inclusão da pessoa surda na sociedade, possibilitando sua interação tanto com a sua comunidade surda quanto com a ouvinte.

O bilinguismo é uma proposta educacional que possui o objetivo de fornecer o acesso a duas línguas aos estudantes surdos, sendo elas a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2). Essa abordagem considera a LIBRAS como a primeira língua, pois, segundo Kyle (1999) a língua de sinais é a língua natural do surdo, aquela no qual ele consegue se comunicar com a sua comunidade e se expressar culturalmente.

Já a Língua Portuguesa deve ser tratada como segunda língua, já que os brasileiros surdos fazem parte de uma sociedade que possui a língua portuguesa como oficial e um sistema comunicativo oral auditivo, ou seja, a fala, a audição e a escrita em português são os meios comunicativos predominantes. Segundo Quadros e Schmiedt (2006, p. 17) “A língua portuguesa, portanto, será a segunda língua da criança surda sendo significada pela criança na sua forma escrita com as suas funções sociais representadas no contexto brasileiro”.

Historicamente, outras filosofias educacionais já foram utilizadas no processo de ensino-aprendizagem de pessoas surdas, como o Oralismo,

pautado em estimular o surdo na aquisição da língua oral, a Comunicação Total com foco na relação comunicativa entre surdos- ouvintes e surdos-surdos e mais recentemente o Bilinguismo, que busca que o estudante surdo tenha acesso tanto a sua língua materna, a língua de sinais, quanto a língua oral da sua comunidade.

Contudo, é o ensino bilíngue que se mostra como o mais concreto para a inclusão e interação da comunidade surda, ao garantir que cada vez mais pessoas surdas tenham acesso à comunicação efetiva. Além disso, é importante para a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades e a valorização da sua língua e cultura.

Portanto, a presente pesquisa possui caráter qualitativo e o objetivo de debater a importância do bilinguismo, a sua aplicabilidade e os desafios para a inclusão educacional e social da comunidade surda, abordando os fatores que tornam essa prática educacional tão necessária. Ainda, pretende abordar as questões metodológicas e socioculturais que implicam na efetiva aplicação dessa proposta educacional, tendo em vista a importância de debater sobre a melhora dos meios de ensino e inclusão da comunidade surda.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, utilizando pesquisas que tratam sobre a questão da comunidade surda na sociedade e sobre o processo de ensino-aprendizagem bilíngue. Para a construção do referencial teórico foram utilizadas fontes bibliográficas como livros, artigos, legislações e publicações em revistas, assim como Severino (2007) define a pesquisa bibliográfica “Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” Severino (2007, p. 122).

2. Referencial teórico

2.1 Aquisição de linguagem e bilinguismo no contexto surdo

Para tratar sobre o bilinguismo, é necessário abordar o processo de aquisição de linguagem e como ele é importante para a construção do ser humano e social. Segundo Bakhtin (2010) não adquirimos a língua materna “a partir de dicionários e gramáticas, mas de enunciações concretas que nós mesmos ouvimos e nós mesmos reproduzimos na comunicação discursiva viva

com as pessoas que nos rodeiam” (BAKHTIN, 2010, p. 283).

Nesse sentido, a linguagem é formada a partir da interação social com outros indivíduos que compartilham o mesmo sistema linguístico e das atribuições de significado conferidas. Somente a partir da aquisição de uma língua materna é que a criança pode se desenvolver plenamente e interagir com a sociedade, considerando que tanto no contexto ouvinte, quanto surdo, o meio social é de suma importância para a construção de saberes e significados.

Segundo Eleweke & Rodda (2000), 90% das crianças surdas possuem pais ouvintes, sendo que, por não possuírem experiência com a perda de audição, acabam enfrentando problemas tanto na convivência com a criança quanto no estabelecimento da comunicação. Por essa razão, a criança deve conseguir o mais cedo possível estabelecer contato com a comunidade surda, para que essa possa se comunicar dentro de um grupo social e melhorar as suas interações com o meio em que vive.

O pesquisador Carlos Skliar, defende que a educação bilíngue é um direito de todos os surdos e que essa deve ser aplicada desde a infância para que o indivíduo possa ser inserido efetivamente na sociedade, em seu estudo ele define: “Crianças surdas devem crescer bilíngues, tendo a língua de sinais como sua primeira língua e a língua majoritária, na modalidade escrita, como segunda língua e terem a oportunidade de acesso a uma educação bilíngue e bi cultural” (Skliar, 1997, p 22).

Nessa perspectiva, a educação bilíngue deve considerar as especificidades da língua de sinais e a sua importância para a construção da identidade do indivíduo, além de entender a língua portuguesa não só como uma forma de comunicação, mas de obter novos conhecimentos e ter acesso a uma cultura diversa da que a pessoa não ouvinte está inserida. Por isso, a comunidade educacional, familiar e social deve estar preparada para receber esses indivíduos e desenvolvê-los perante o bilinguismo.

O Relatório do Grupo de Trabalho para elencar subsídios à Política Linguística de Educação Bilíngue, informa que ela envolve “a criação de ambientes linguísticos para a aquisição da Libras como primeira língua (L1) por crianças surdas, no tempo de desenvolvimento linguístico esperado e similar ao das crianças ouvintes, e a aquisição do português como segunda língua (L2)” (BRASIL, 2014, p.6). Dessa forma, a aquisição das duas línguas é de

suma importância para o desenvolvimento pleno da sociabilidade da pessoa surda. Contudo, a aplicação do bilinguismo na perspectiva da comunidade surda enfrenta diversos problemas, dentre eles a participação da família na educação da criança, tendo em vista a dificuldade de acesso a escolas e instituições que atendem pessoas surdas e ofertam a educação bilíngue, a falta de informações quanto ao letramento na língua materna dos surdos - LIBRAS - e a ausência de profissionais capacitados para esse ensino.

Por mais que não compreenda a realidade de todos os centros de ensino no território nacional, o ensino bilíngue por lei é obrigatório para todos os alunos surdos do Brasil. Segundo Brasil (2021),

A Lei n.º 14.191 estabelece a obrigatoriedade da educação bilíngue para alunos surdos no Brasil. Isso significa que as instituições de ensino devem oferecer aos estudantes surdos o ensino em LSB e em LP escrita, de forma a garantir o acesso à educação, a inclusão social desta população, e o desenvolvimento pleno de sua linguagem e cultura. (Brasil, 2021)

Assim como já citado anteriormente, a língua que o indivíduo utiliza para se comunicar não é somente uma forma prática de diálogo, mas expressa também a comunidade onde vive, a sua cultura e principalmente as suas ideias enquanto cidadão. Sabendo disso, o ensino de LIBRAS como primeira língua (L1) é o primeiro passo para o desenvolvimento do aluno e reconhecimento do mundo para construção do seu caráter individual.

Além da barreira primária da comunicação, o ensino de LIBRAS para alunos surdos se faz essencial também para uma forma mais prática de ensinar o idioma nacional do seu país. A escola é um espaço não somente de aprendizado, mas também de ter choques culturais e sociais que oportunizam aos alunos múltiplos saberes, se um estudante não tem nenhuma forma de se comunicar ele estará isolado e assim privado não somente do conhecimento, mas também excluído do convívio com os demais, não permitindo outras concepções da convivência em sociedade e criando barreiras para novas formas de aprendizagem. Segundo Dizeu e Caporali (2005),

No momento em que a criança adquire sua língua natural ela se torna capaz de realizar o aprendizado de uma segunda língua, tornando-se um ser bilíngüe. No caso dos surdos, como nem sempre isso é uma realidade, podemos encontrar surdos adultos que, pela falta de acesso à língua de sinais na infância, chegam à vida adulta sem ter adquirido nenhuma língua, por terem sido apenas expostos a uma língua oral e não terem desempenho satisfatório com esta. (Dizeu e Caporali, 2005, p. 588)

Como exposto acima, é necessária uma preocupação a mais em como integrar de forma adequada pessoas com deficiência auditiva nas salas de aula. Isso demonstra que introduzir o ensino de LIBRAS o mais cedo possível contribui para um desenvolvimento efetivo durante o ensino, não somente ensinando como estudantes surdos podem se comunicar, mas também criando neles a consciência de mundo em uma linguagem própria, isso ainda permite que os alunos ouvintes possam aprender a se comunicar em língua de sinais, desenvolvendo sua capacidade linguística.

Deste modo, a possibilidade de aprendizado de uma segunda língua (L2) é facilitada quando o discente já tem uma maneira de se comunicar, sabendo se expressar em uma linguagem que o permita desenvolver pensamentos e expressões comunicativas. Assim, é oportunizada uma forma direta para transmissão de conhecimentos, também criando para quem aprende a língua portuguesa escrita, uma maneira de traduzir seus conhecimentos já obtidos na primeira língua, estabelecendo um aprendizado bilíngüe onde o desenvolvimento na língua portuguesa acompanha seus saberes enquanto falante de LIBRAS. Segundo (JOKINEN, 1999),

Na filosofia educacional bilíngüe aplicada à Educação de Surdos, a língua falada no país é ensinada como segunda língua na modalidade escrita e, caso o aluno quiser, na modalidade oral (JOKINEN, 1999).

2.2 Do que diz a lei de diretrizes e bases

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394 de 1996 - já previa a educação especial, promovendo a inclusão de alunos surdos em classes comuns do ensino regular, quando possível. Como um tipo de atendimento educacional para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Embora a educação especial incluísse o atendimento a alunos surdos, não havia um capítulo específico para a educação bilíngue. Isso começa a mudar quando a Libras passa a ser reconhecida legalmente, o que garantiu o seu uso e ensino em setores públicos através da lei 10.436 de 2002.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. [...] Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (Brasil, 2002)

Já em 2005, um novo decreto passa a regulamentar a lei nº 9.394/96, destacando a importância do reconhecimento da Libras como língua oficial, sendo um marco importante na luta pela inclusão e acessibilidade da comunidade surda no Brasil.

Ainda, abordou a formação de professores, incluindo Libras como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores e nos cursos de fonoaudiologia; o acesso à educação para pessoas surdas, com a oferta de educação bilíngue (Libras/Português escrito) e a inclusão de intérpretes de Libras em diversos níveis de ensino; acessibilidade, estabelecendo a necessidade de tradução e interpretação em Libras em atendimento em órgãos públicos, serviços de saúde e comunicação em geral; entre outros, como reiteram suas disposições finais.

Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto. [...]

Art. 30. Os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, direta e indireta, viabilizarão as ações previstas neste Decreto com dotações específicas em seus orçamentos anuais e plurianuais, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras -

Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (Brasil, 2005)

Em 13 de julho de 2021, foi aprovado na Câmara a lei 14.191, oriunda do PL 4.909/2020 apresentado pelo senador Flávio Arns. A educação bilíngue passaria a ser aplicada em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos. E o público a ser atendido seria de educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação, ou com deficiências.

Anexando-se a LDB e se tornando uma nova vitória a comunidade surda - que passa a ter suas necessidades ouvidas e direitos reconhecidos e amparados - esta lei cria uma nova modalidade educacional específica com Libras como primeira língua. Além de incluir e consultar a comunidade para tomada de decisões importantes e disponibilizar recursos técnicos e financeiros para atender às suas necessidades. Como é exposto a seguir:

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos,

surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos.

§ 2º A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida.

[...] Parágrafo único. Nos processos de contratação e de avaliação periódica dos professores a que se refere o caput deste artigo serão ouvidas as entidades representativas das pessoas surdas”.

Art. 3º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 78-A e 79-C:

“Art. 78-A. Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, desenvolverão programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos estudantes surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos surdos a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades e especificidades e a valorização de sua língua e cultura;

II - garantir aos surdos o acesso às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades surdas e não surdas”.

“Art. 79-C. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação bilíngue e intercultural às comunidades surdas, com desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com participação das comunidades surdas, de instituições de ensino superior e de entidades representativas das pessoas surdas.

[...] § 3º Na educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos estudantes surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas efetivar-se-á mediante a oferta de ensino bilíngue e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais”.

A garantia dos direitos, foram e são os alicerces para uma sociedade mais justa e inclusiva, porém, apesar de suas grandes vitórias, a comunidade surda ainda enfrenta desafios significativos. De acordo com os dados mais recentes do IBGE (2021), 4 anos atrás, indicavam que o Brasil apresentava em torno de 10,7 milhões de pessoas com algum grau de surdez, onde apenas 2,3 milhões se enquadram nos critérios do que a lei considera deficiência auditiva. Destes, apenas, aproximadamente, 284 mil afirmaram saber usar a Libras. O dado, que por si só é alarmante, também levanta dúvidas sobre os critérios que qualificam a deficiência auditiva - visto que dentro da comunidade há divergências sobre o que pode ser considerado surdez/deficiência auditiva - e sobre o acesso às políticas públicas de inclusão diante do baixo número de surdos usuários de Libras.

2.3 Práticas pedagógicas no ensino bilíngue

Atualmente, os programas bilíngues se encontram em expansão por todo o mundo, sendo esta abordagem reconhecida por várias organizações nacionais como aquela que melhor satisfaz as necessidades e a especificidade das comunidades surdas. É uma questão de justiça social garantir que todos os indivíduos tenham acesso à educação através da sua primeira língua. Desta maneira, fica evidente a importância da educação bilíngue para a aprendizagem da criança surda, sendo fundamental, para isso, que as atividades realizadas sejam adaptadas conforme suas necessidades.

Diante disso, o aluno surdo precisa de uma metodologia de ensino própria, com sala de aula adequada, em que predomine o visual. É importante perceber que a pessoa com surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento da pessoa ouvinte, precisando apenas que suas necessidades especiais sejam atendidas. Nesse sentido, é preciso haver uma inversão de valores na visão de surdez. Enquanto persistir a noção de deficiência, mesmo velada, persistirá a desvalorização e desconsideração desse grupo cujo potencial cultural e cognitivo encontra-se em fase de latência, esperando para desabrochar.

As inovações e preocupações pedagógicas ainda que se constituam em passo importante para a adoção do caráter pedagógico no ensino de surdos, superando a visão clínica de até bem pouco tempo, estão claramente norteadas pelo princípio da normalidade e adaptação à sociedade e, não pelo respeito à diferença e pela necessidade de participação ativa dos surdos na sociedade, visando a contribuir para sua transformação.

Segundo Dorziat (1999), a presença de um educador surdo e/ou bilíngue desempenha um papel fundamental dentro da escola de proposta bilíngue, pois é o usuário experiente da língua e membro da comunidade Surda. Sendo ele capacitado, mediante a uma formação adequada, a mediação da aprendizagem em língua de sinais e na transmissão da cultura Surda para os alunos. As interações, com colegas e amigos surdos de mesma idade, possibilitam o fluxo cultural, intelectual e linguístico de sua comunidade, possibilitando-lhe a construção de sua identidade.

Como vimos, a proposta bilíngue não privilegia uma língua, mas prioriza ao surdo o direito e as condições de poder utilizar duas línguas, a língua de sinais enquanto primeira língua e a língua portuguesa, como segunda língua, na sua vertente escrita e eventualmente na fala. A educação bilíngue para surdos, não pode ser considerada como um projeto de ensino à parte, de forma que reforce uma exclusão social, mas sim uma perspectiva educacional integradora. Caso contrário, ela não será mais do que um mero dispositivo pedagógico especial, apenas mais uma grande narrativa educacional, uma utopia a ser rapidamente abandonada.

Dessa forma, a proposta bilíngue atende o sujeito surdo como participante de duas realidades: Libras e Língua Portuguesa. A proposta de educação bilíngue busca respeitar o direito do sujeito surdo, no que se refere ao acesso aos conhecimentos sociais e culturais em uma língua que tenha domínio. O Decreto 5.626, em seu capítulo VI, artigo 22, parágrafo 3º, deixa claro que os pais e os próprios alunos podem optar e dar preferência pela educação sem o uso de Libras.

Consideramos a importância da formação do professor bilíngue, capaz de utilizar estratégias específicas de ensino em diferentes ambientes escolares. Além do acesso a Libras, o aluno surdo tem direito a adaptações curriculares, planejadas pelo professor, que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo e visual.

Compreende-se, que baseado nesse viés, a necessidade da formação adequada de profissionais para uma educação bilíngue de qualidade é essencial. Neste sentido, além da formação profissional e os ambientes visuais, também deve-se ressaltar a importância da adaptação do currículo escolar e dos materiais didáticos para esse aluno. Avaliando as dificuldades do aluno, o currículo escolar deve ser alterado de modo que ele se torne necessário para atender as peculiaridades do mesmo, apresentando ligação direta a cultura que o aluno surdo está inserido, possibilitando que ele desenvolva suas habilidades individuais e socioculturais.

De acordo com Freitas (2007) os materiais didáticos, também conhecidos como recursos e/ou tecnologias educacionais, “são todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino, visando à estimulação do aluno e à sua aproximação do conteúdo” (Freitas, 2007, p. 22). Portanto, é com

o uso do material didático adaptado do aluno, que será desenvolvido todos os conhecimentos necessários pelos quais são preestabelecidos pelo currículo escolar preexistente, visando o estimular o mesmo.

Todavia, quando analisamos o cenário educacional e social atual, compreendemos que esta não é uma realidade recorrente nos ambientes escolares. No geral, as adaptações dos planejamentos, currículos e atividades não são desenvolvidas para instigar e desenvolver o aluno com deficiência, mas sim, para acomodá-los a uma realidade que não ocorre o processo de ensino e aprendizagem efetivo. As ações de “igualdade” que ocorrem nos ambientes escolares sem levar a sério a condição da surdez, acaba desfavorecendo o aluno, já que ela vem acompanhada da falta de novas abordagens de ensino e diversos outros problemas educacionais.

As práticas pedagógicas e os materiais adaptados dentro da educação bilíngue, deve partir de uma análise do eixo central de ensino, que além de utilizar de recursos visuais, tecnológicos, e entre outros, deve ser significativa para o aluno e acima de tudo sistematizada, de modo que os métodos e os meios de abordagem respeitem a capacidade e as peculiaridades do estudante com surdez. Para isso, as tecnologias digitais são importantes aliados nesse quesito, quando usadas corretamente apresentam resultados positivos. Com o passar do tempo têm-se cada vez mais plataformas educativas muito bem desenvolvidas, que trazem recursos visuais e outras funcionalidades avançadas, permitindo ao aluno mais autonomia e acessibilidade a diferentes conteúdos.

Sendo assim, mesmo com recorrentes atualizações no sistema educacional, desde os materiais, abordagens, planejamentos e a práticas dos profissionais, ainda não temos o suficiente para atender as necessidades da comunidade surda, já que as práticas tradicionais persistem com certa resistência. Por isso, questionamentos quanto ao uso dos materiais e o atendimento às demandas dos alunos que constituem a comunidade surda, são essenciais e devem ser feitos, já que a dificuldade da aquisição da Língua Portuguesa como L2 vai existir e precisa ser levada em consideração.

Como discutido anteriormente, o papel do material adaptado e a disposição e o uso de tecnologias são essenciais e servem como fator principal para o desenvolvimento das habilidades requeridas no currículo do aluno. É de

extrema importância destacar a função das escolas bilíngues e o seguimento das Políticas Nacionais de Educação para Pessoas com Deficiência, promovendo a valorização da LIBRAS e a educação inclusiva no ambiente escolar. Pois, sabe-se que a educação bilíngue se centra na diferença sociocultural e linguística, e o avanço dela está diretamente ligado às práticas pedagógicas, o compromisso com a educação de qualidade e o crescimento de todos.

2.4 Fator de inclusão no meio social

O bilinguismo também contribui para a efetiva inclusão da pessoa surda no meio social, tendo em vista que essa abordagem propicia a interação do indivíduo tanto com a comunidade de não ouvintes quanto a de ouvintes. Por estarmos inseridos em uma sociedade majoritariamente ouvinte, na qual os processos comunicativos se baseiam em processos escritos e orais, fazer parte dessas relações é imprescindível para a aquisição de conhecimentos e experiências diversas (Dizeu e Caporali, 2005).

Outrossim, o processo do bilinguismo social quanto a uma língua visuo-espacial e uma língua oral auditiva possui uma certa hierarquia social, assim como Calvet (2002) expressa em seus estudos, uma relação na qual coexistem duas formas linguísticas sendo uma amplamente usada e oficial - no caso do Brasil a língua portuguesa - e uma variação gestual com menos prestígio social - no caso a Libras - a invisibilização de uma frente a outra não é relacionada às línguas, mas sim a sua comunidade linguística.

Oferecer oportunidades de protagonismo social e a inclusão dessa parcela populacional é de suma importância tanto para os indivíduos surdos quanto para os ouvintes, pois o contato entre culturas e costumes distintos enriquece a vida em sociedade. Segundo Skliar (1997, p.100) a língua de sinais é o elemento mediador entre o surdo e o meio social em que ele vive, ou seja, é a forma na qual o indivíduo surdo constrói a sua identidade.

3. Conclusão

Conclui-se que o bilinguismo é a melhor opção para estudantes surdos e que seu sucesso aumenta exponencialmente quando os alunos têm acesso a este modelo de ensino desde o início de sua formação.

Neste artigo são apresentadas diversas fontes teóricas que confirmam a importância de garantir este direito à pessoa surda. É essencial para que o surdo se encontre como pessoa dentro da sociedade uma vez que a maioria da população brasileira não é fluente no idioma nativo das pessoas surdas - a Libras. Sendo assim, é direito dessas pessoas que eles tenham uma alternativa para sua plena integração na sociedade, através da língua escrita.

Retomando o tópico 2.2 deste trabalho, a Lei de Diretrizes e Bases reconhece esta forma de ensino como um direito assegurado pelo Estado. É, portanto, essencial que os responsáveis pelo ensino deste aluno garantam e fiscalizem se este direito está sendo plenamente assegurado. É nítida também a escassez de profissionais aptos a ensinar alunos de forma bilíngue ou interpretar as aulas para os alunos surdos na plenitude do território nacional. Os poucos profissionais existentes ficam centralizados nas grandes cidades e recai sobre os alunos a necessidade de ir até essas escolas que possam atendê-los, o que torna este um problema

socioeconômico.

Em suma, este artigo visa demonstrar que apesar de haver ainda a necessidade de conscientização social e acadêmica acerca do ensino bilíngue para pessoas surdas, ela é a melhor opção para garantir que esse indivíduo tenha a chance de integrar a sociedade ouvinte e que receba oportunidades de contribuir com a mesma independente e por causa de sua língua nativa.

Fazem-se necessários incentivos do Governo para que o acesso a esta educação seja descentralizado ou para que as pessoas surdas e suas famílias sejam levadas até os centros onde poderão ter o acompanhamento de profissionais bilíngues e onde poderão ter acesso a uma comunidade surda.

Referências

AZEVEDO, E. **Língua Brasileira de Sinais: Uma conquista histórica**. Brasília, Senado Federal. 2006. Disponível em: https://cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/06/Reconocimiento_LIBRAS-cultura-sorda.pdf . Acesso em: 14 de junho de 2025

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Disponível em: https://oportuguesdobrasil.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/02/livro_bakhtin_estetica_criacao_verbal.pdf. Disponível em: 12 de jun 2025.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais**

- **Libras e dá outras providências**. Brasília, 29 jun. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 12 de jun 2025.

BRASIL. Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018. **Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica**. Brasília, 24 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9432.htm. Acesso em: 12 de jun 2025.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 13 jun. 2025.

BRASIL, **Relatório do Grupo de Trabalho designado por Portaria Ministerial para elencar subsídios à Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2014. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/Portals/1/Files/20282.pdf>. Acesso em: 13 de jun. 2025.

DIZEU, L. C.T.; CAPORALI, S. A. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 26, n. 91, p. 583-597, ago. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302005000200014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xsdkJ9rNyNk/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

DORZIAT, A. Bilingüismo e surdez: para além de uma visão lingüística e metodológica. In SKLIAR, C. (org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/surdos_estudoscult_urais_1.pdf. Acesso em: 13 de junho de 2025

FREITAS, Olga. **Equipamentos e materiais didáticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 132 p. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/equipamentos.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2025

JOKINEN, Markku. Alguns pontos de vista sobre a educação dos surdos nos países nórdicos. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**. Processos e projetos pedagógicos. Vol. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999, p. 105-127.

KYLE, J. O ambiente bilíngue: alguns comentários sobre o desenvolvimento do bilingüismo para surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidades da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 15-26. Disponível em: <https://documentos.ufca.edu.br/doc/cead-ufca-projeto-pedagogico-do-curso-de-especializacao-em-educacao-bilingue-de-surdos-12-04-2023/>. Acesso em: 12 de jun. 2025.

MOREIRA, Paula Pfeifer. **Quantos surdos tem no Brasil e no mundo**. IBGE 2025. 2025. Disponível em: <https://cronicasdasurdez.com/quantos-surdos-no-mundo/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

QUADROS, R. M; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf. Acesso em: 12 de jun 2025.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 12 de junho de 2025

SKLIAR Carlos. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Educação e Exclusão**. Porto Alegre: Mediação, 1997. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/3245>. Acesso em: 12 de jun 2025.

ENSINO DE LIBRAS PARA ALUNOS SURDOS

Ana Beatriz Brito da Silva¹

Andreza Monteiro Bezerra²

Angélica Mendonça Pereira³

Cassandra Dos Reis Rocha⁴

Jéssica Freitas de Brito⁵

Hianca Santos Silva⁶

Rennan Alberto dos santos Barroso⁷

Resumo

O presente artigo será desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, com ênfase na realização de uma revisão bibliográfica, considerando-se que o objetivo central é compreender, por meio da literatura especializada, as estratégias utilizadas no ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para alunos surdos no contexto escolar. A pesquisa qualitativa é apropriada quando se busca analisar fenômenos sociais e educacionais a partir de uma perspectiva interpretativa, permitindo a compreensão profunda de discursos, práticas e políticas que envolvem a temática da inclusão educacional (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Palavras-chave: educação de pessoas surdas, ensino de Libras, inclusão escolar, pedagogia bilíngue, formação docente e políticas públicas para surdos.

Abstract

This article will be developed through a qualitative approach, with an emphasis on a bibliographic review, considering that the main objective is to understand, through specialized literature, the strategies used in the teaching of Brazilian Sign Language (Libras) to deaf students in the school context. Qualitative research is appropriate when seeking to analyze social and educational phenomena from an interpretative perspective, allowing a deep understanding of discourses, practices, and policies involving the theme of educational inclusion (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Keywords: deaf education, Libras teaching, school inclusion, bilingual pedagogy, teacher training, public policies for the deaf.

¹ Graduanda do Curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, .

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,

⁵ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,

⁶ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,

⁷ Mestre em Educação Inclusiva (UNIFESSPA). Letras- Libras (UEPA). Professor do departamento de Educação Campus Balsas UEMA.

Introdução

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida pela Lei nº 10.436/2002 como meio legal de comunicação e expressão, constitui-se como a principal forma de interação e aprendizagem das pessoas surdas no Brasil. O acesso à Libras representa um direito linguístico e educacional, sendo fator essencial para o desenvolvimento cognitivo, social e acadêmico dos estudantes surdos. No entanto, mesmo diante dos avanços legais e teóricos no campo da educação inclusiva, ainda se observa uma lacuna significativa entre as diretrizes propostas e a prática pedagógica efetiva nas escolas. A ausência de professores capacitados em Libras, a escassez de materiais adaptados e a predominância de abordagens centradas na oralização continuam sendo entraves no processo de escolarização do aluno surdo.

Diante dessa realidade, torna-se fundamental discutir o papel da Libras como língua de instrução e expressão no ambiente escolar, especialmente no que se refere à construção de práticas pedagógicas que valorizem a identidade surda e respeitem sua especificidade linguística. Nesse contexto, o presente projeto de pesquisa tem como objetivo geral investigar as estratégias e metodologias utilizadas no ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para alunos surdos no contexto escolar, analisando de que forma essas práticas contribuem para uma educação bilíngue e inclusiva. Para atingir esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos

específicos: Compreender o papel da Libras como língua de instrução no processo de escolarização de alunos surdos; Identificar as principais dificuldades enfrentadas por professores e alunos no ensino e aprendizagem da Libras em ambientes educacionais; Analisar as práticas pedagógicas adotadas por docentes que atuam com alunos surdos, especialmente aquelas baseadas na abordagem bilíngue; Refletir sobre a formação dos professores em relação ao ensino da Libras e à inclusão de estudantes surdos; Propor sugestões de aprimoramento para as práticas pedagógicas e políticas educacionais voltadas à efetivação do ensino da Libras.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade urgente de promover reflexões e ações efetivas voltadas à valorização da Libras como instrumento

de ensino, além de colaborar com o debate acerca da formação docente, do currículo escolar bilíngue e das políticas públicas que garantam a equidade no processo educativo. Compreender como ocorre o ensino da Libras e quais são os desafios enfrentados pelos professores e alunos nesse contexto é fundamental para que se avance na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, participativa e comprometida com a diversidade.

Além de um direito linguístico assegurado por lei, o uso da Língua Brasileira de Sinais representa, para a Comunidade Surda, um elemento constitutivo de identidade cultural e social. A Libras não é apenas um meio de comunicação, mas uma expressão legítima de um modo próprio de perceber, pensar e interagir com o mundo. Sua valorização no contexto educacional é, portanto, inseparável da valorização da própria cultura surda, que historicamente foi marginalizada em espaços formais de ensino. Por muito tempo, as práticas educacionais voltadas para estudantes surdos estiveram ancoradas em uma perspectiva medicalizante e oralista, que desconsiderava as especificidades linguísticas desses sujeitos e buscava "normalizá-los" por meio da fala e da leitura labial, em detrimento do uso da Língua de Sinais.

Foi somente a partir das lutas do movimento surdo e do avanço das pesquisas nas áreas da Linguística, da Educação e da Psicologia que se iniciou uma mudança de paradigma, com a valorização da Libras como primeira língua dos surdos e a promoção do bilinguismo como proposta pedagógica inclusiva. Nesse modelo, a Libras ocupa o papel de língua de instrução e comunicação entre pares, enquanto a Língua Portuguesa é ensinada como segunda língua, preferencialmente em sua modalidade escrita. Tal abordagem reconhece a diferença, em vez de tratá-

la como deficiência, e parte do princípio de que o acesso ao conhecimento só será possível quando mediado por uma linguagem compreensível ao sujeito.

No entanto, os desafios para a consolidação de uma educação bilíngue para surdos no Brasil ainda são inúmeros. A ausência de políticas públicas consistentes que assegurem a presença de professores surdos e de intérpretes qualificados nas escolas, bem como a escassez de materiais didáticos produzidos em Libras, compromete seriamente a efetividade das

práticas pedagógicas. Além disso, a formação inicial e continuada dos docentes da educação básica raramente contempla, de forma aprofundada, os aspectos teóricos e metodológicos relacionados ao ensino para alunos surdos, o que contribui para a reprodução de práticas excludentes e pouco sensíveis à diversidade linguística.

Cabe ressaltar que o ensino de Libras, tanto para alunos surdos quanto para ouvintes, deve ser compreendido como uma estratégia fundamental para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos e democráticos. No caso dos alunos surdos, trata-se de garantir o direito ao uso pleno de sua língua natural no processo de ensino e aprendizagem; já para os ouvintes – especialmente professores, colegas de turma e demais membros da comunidade escolar – aprender Libras é uma maneira de promover o respeito, a empatia e a equidade nas relações interpessoais e pedagógicas.

O presente projeto de pesquisa, ao propor uma investigação sobre o ensino de Libras para estudantes surdos, busca contribuir para a ampliação do debate sobre práticas educacionais que realmente considerem a singularidade desses sujeitos. Pretende-se, com isso, identificar estratégias metodológicas eficazes que possibilitem não apenas o acesso ao currículo, mas também a participação ativa e o protagonismo dos alunos surdos na vida escolar. A pesquisa parte da convicção de que a construção de uma escola inclusiva exige o reconhecimento da pluralidade de línguas, culturas e modos de aprender, bem como o compromisso ético e político com a justiça social e a equidade educacional.

Portanto, compreender os caminhos, obstáculos e possibilidades do ensino de Libras na escola não é apenas uma questão técnica ou pedagógica, mas uma necessidade urgente para que a educação cumpra seu papel transformador na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e plural. Essa reflexão torna-se ainda mais relevante diante do contexto atual, em que se discutem os rumos da política educacional brasileira e a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), incorporada ao ordenamento jurídico nacional com status de emenda constitucional. Dessa forma, espera-se que os resultados deste estudo possam subsidiar práticas educativas mais comprometidas com a inclusão e o respeito à diversidade linguística e cultural

da Comunidade Surda.

Desenvolvimento

A inclusão educacional de estudantes surdos no sistema de ensino brasileiro tem gerado debates relevantes no campo da educação, especialmente no que se refere à efetivação de práticas pedagógicas bilíngues. A Libras (Língua Brasileira de Sinais), reconhecida como meio legal de comunicação e expressão por meio da Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, tornou-se um instrumento fundamental para garantir o direito à comunicação, ao acesso ao conhecimento e à plena participação escolar dos sujeitos surdos. No entanto, embora o marco legal seja um avanço, sua aplicação na prática educacional ainda enfrenta muitos desafios.

A perspectiva bilíngue defende que o estudante surdo deve ter a Libras como primeira língua (L1), e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua (L2). Segundo Quadros e Karnopp (2004), a aquisição da linguagem por meio da Libras é essencial para o desenvolvimento cognitivo, social e linguístico da criança surda, sendo a base para a construção do conhecimento. Neste contexto, Skliar (2005) critica modelos educacionais centrados na oralização e propõe uma pedagogia bilíngue que valorize a cultura surda e as especificidades do sujeito surdo, compreendendo-o não pela ausência da audição, mas por sua diferença linguística e cultural.

Autores como Strobel (2008) também destacam a importância do reconhecimento da identidade surda como elemento fundamental na construção de práticas educacionais inclusivas. A autora propõe uma ressignificação da surdez, deixando de ser vista como deficiência e passando a ser entendida como diferença linguística. Essa abordagem, alinhada com os estudos socioculturais da surdez, contribui para a construção de uma educação mais equitativa e representativa.

No que diz respeito à formação docente, Lacerda e Santos (2012) alertam para a fragilidade na preparação dos professores para atuar com alunos surdos, especialmente no que se refere ao domínio da Libras e à compreensão das práticas pedagógicas bilíngues. Moura (2015) complementa essa análise, enfatizando que o ensino da Libras como

disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura é um avanço, mas ainda insuficiente diante das demandas reais da sala de aula. A ausência de formação específica compromete a qualidade do ensino e contribui para a exclusão simbólica de alunos surdos mesmo em contextos ditos inclusivos.

Outro aspecto relevante refere-se aos materiais didáticos e aos recursos visuais utilizados no processo de ensino e aprendizagem. Fernandes (2014) ressalta que o uso de elementos visuais, como imagens, vídeos em Libras e tecnologia assistiva, é fundamental para favorecer a compreensão dos conteúdos escolares por parte dos estudantes surdos. Essa abordagem metodológica visa respeitar as características visuo-espaciais da Libras e ampliar o acesso ao currículo.

A partir da abordagem neurológica e cultural, Sacks (1998) contribui com uma leitura sensível do universo dos surdos, reforçando a importância do respeito às especificidades linguísticas e à experiência cultural desse grupo. Perlin (2010), por sua vez, discute como a cultura surda influencia a forma como o aluno se relaciona com o saber, a escola e o mundo, sendo imprescindível que essas vivências sejam consideradas no planejamento pedagógico.

Por fim, o respaldo legal também deve ser mencionado. Documentos como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) reafirmam o direito à educação bilíngue para surdos. Entretanto, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) estabelece metas que ainda não foram plenamente cumpridas, revelando a necessidade de políticas públicas mais efetivas para garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes surdos.

Dessa forma, observa-se que a efetivação de uma educação bilíngue para alunos surdos exige não apenas o reconhecimento da Libras como língua de instrução, mas também uma reformulação das práticas docentes, currículos e políticas institucionais, visando a construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo e equitativo.

O Ensino de Libras é essencial para garantir a educação inclusiva dessa Comunidade Surda. Como língua materna dos surdos não deve ser reconhecida somente como um meio de comunicação para com o aluno surdo.

E sim como o pilar para o desenvolvimento cognitivo desses alunos.

Metodologias pedagógicas é crucial para esse processo inclusivo dos alunos surdos, uma formação continuada é responsável para o profissional da educação está apto a lidar com esse aluno no contexto educacional.

Um espaço de ensino visual valorizando a L1 dos alunos surdos será primordial para o aluno se reconhecer e que possa ter seu reconhecimento valorizado perante a sociedade.

A Libras foi criada pela Comunidade Surda, justamente para que tivessem o seu lugar em relação com os ouvintes de forma respeitada e valorizada. Ressaltando a importância de uma comunicação eficaz que a Libras propõem ao aluno surdo com os ouvintes. Priorizar o Ensino de Libras para alunos surdos é estarmos favorecendo em uma educação inclusiva de qualidade.

A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades. (Freire, 1998.p.108). O surdo precisa desse espaço com o ouvinte para sua integração social, o ouvinte tem um papel importante nesse processo. Contribuir com essa Comunidade Surda é colaborar para um mundo mais inclusivo. Aprender nas diferenças e mostrar a sociedade que todos temos os mesmos valores.

A Comunidade Surda não busca um espaço nessa sociedade, eles possuem os seus direitos como diz a Lei 10.436/2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão. Como já mencionado, a Libras foi o meio que essa comunidade achou para viver em sociedade de uma forma que o ouvinte, o compreenda. No entanto a contribuição de todos nessa valorização é primordial. Buscar aprendermos sobre Libras irá favorecer nessa compreensão eficaz.

Esse presente artigo transcorre a importância dessa valorização para com essa Comunidade Surda. Ressaltando autores, que enfatizam suas contribuições para com a pessoa surda. E leis que assegura os direitos dos mesmos.

Apesar dos avanços legislativos e dos debates acadêmicos em torno da inclusão, a realidade vivenciada pelas pessoas surdas nas instituições

escolares brasileiras ainda revela uma distância entre o discurso e a prática. A presença de estudantes surdos nas escolas comuns não garante, por si só, uma educação de qualidade. A inclusão não pode ser confundida com mera inserção física. É preciso garantir o acesso pleno à aprendizagem por meio de estratégias didáticas que respeitem as particularidades linguísticas e culturais da Comunidade Surda.

Nesse sentido, a construção de práticas bilíngues demanda mais do que a inserção da Libras no currículo. Exige um reposicionamento pedagógico das instituições escolares, que passa pela formação crítica e continuada dos docentes, pela contratação de profissionais surdos qualificados, pelo desenvolvimento de materiais didáticos específicos em Libras e pela promoção de ambientes de aprendizagem visualmente acessíveis. A valorização da cultura surda deve ser parte integrante do projeto político-pedagógico das escolas, com ações que envolvam toda a comunidade escolar no reconhecimento da diferença como um valor.

A participação ativa dos sujeitos surdos nos processos de ensino e aprendizagem também requer o fortalecimento de espaços de protagonismo. É necessário que os alunos surdos tenham voz na construção do próprio percurso escolar e que sejam estimulados a ocupar diferentes posições sociais, inclusive a docência. A presença de professores surdos nas escolas é um elemento de representatividade que favorece a construção da identidade surda e amplia as possibilidades de aprendizagem, ao mesmo tempo em que desafia a lógica da centralidade da língua oral nas práticas pedagógicas tradicionais.

Além disso, o investimento em tecnologias acessíveis pode contribuir significativamente para a superação das barreiras comunicacionais. Recursos como plataformas digitais em Libras, aplicativos de tradução simultânea, vídeos educativos sinalizados e softwares de leitura de imagens são ferramentas que potencializam o acesso ao conhecimento e devem ser incorporados ao cotidiano escolar. Contudo, a tecnologia por si só não é suficiente. Seu uso precisa estar articulado a uma proposta pedagógica coerente e comprometida com a inclusão.

O trabalho em equipe entre professores regentes, intérpretes de Libras, profissionais de apoio e gestores é igualmente indispensável. A inclusão dos alunos surdos só se concretiza quando há diálogo e planejamento colaborativo, de modo que todas as ações escolares estejam alinhadas aos princípios de acessibilidade, equidade e respeito à diversidade. As ações fragmentadas e desarticuladas não promovem uma educação verdadeiramente inclusiva, e podem, inclusive, gerar sentimentos de isolamento e frustração nos estudantes.

Outro ponto importante a ser considerado é a conscientização da Comunidade Ouvinte para a convivência com a diferença. Projetos pedagógicos que promovam o ensino de Libras para todos os alunos, campanhas de valorização da cultura surda, rodas de conversa com a participação de surdos e oficinas de sensibilização são exemplos de práticas que podem transformar a escola em um espaço de encontro, respeito mútuo e aprendizagem compartilhada. O ouvinte precisa ser preparado para reconhecer e valorizar a presença do surdo, contribuindo para uma convivência mais inclusiva e empática. Vale destacar, ainda, a importância da atuação do Estado na consolidação dessas práticas. É papel das políticas públicas garantir a implementação de programas de formação docente, a produção e distribuição de materiais acessíveis, o financiamento de tecnologias assistivas e a criação de sistemas de avaliação que considerem as especificidades dos alunos surdos. Sem esse suporte institucional, muitas escolas ficam limitadas em sua capacidade de atender adequadamente a esse público, perpetuando desigualdades educacionais.

Diante de todos esses aspectos, é possível afirmar que a valorização do ensino da Libras, aliado ao fortalecimento da pedagogia bilíngue, representa um passo fundamental para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade. Mais do que uma exigência legal, trata-se de um compromisso ético com a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática, onde todos tenham direito de aprender, ensinar, comunicar-se e pertencer.

É nesse cenário que este artigo se insere, buscando contribuir com a reflexão crítica sobre o papel da Libras na educação dos surdos, seus desafios, avanços e possibilidades. Valorizar a Libras como língua de

instrução, reconhecer a cultura surda como legítima e promover práticas pedagógicas que respeitem a diferença são ações que vão além da sala de aula — são atos de resistência, de valorização da vida e de promoção da dignidade humana.

Considerações Finais

A pesquisa acerca do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para alunos surdos no contexto escolar revela a complexidade e a urgência em se construir práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas e bilíngues. O reconhecimento da Libras como língua de instrução é fundamental para que os direitos linguísticos e educacionais das pessoas surdas sejam respeitados e promovidos. As reflexões apresentadas ao longo do artigo evidenciam que, apesar dos avanços legislativos, a implementação de uma educação de qualidade para alunos surdos ainda enfrenta significativos desafios. A formação docente, a disponibilidade de materiais didáticos adequados e a adoção de metodologias que respeitem as especificidades da cultura surda são elementos cruciais para o sucesso dessa inclusão.

Além disso, a análise das práticas pedagógicas deve considerar não apenas a aquisição da língua, mas também a valorização da identidade surda. É essencial que os educadores compreendam a surdez como uma diferença cultural e linguística, evitando abordagens que perpetuem a ideia de deficiência. Para tanto, é necessário um investimento contínuo na formação de professores e na elaboração de currículos que integrem efetivamente a Libras e o português, proporcionando um ambiente de aprendizado que reconheça e respeite a diversidade. Por fim, para que as políticas públicas cumpram seu papel de garantir a inclusão e o sucesso escolar de alunos surdos, é imprescindível que sejam estabelecidas metas claras e que as diretrizes educacionais sejam acompanhadas de ações concretas. A colaboração entre instituições de ensino, educadores, famílias e a Comunidade Surda é vital para criar um ambiente de ensino que não apenas permita, mas promova a plena participação e o engajamento dos estudantes surdos na educação. A construção de uma educação inclusiva deve ser um compromisso coletivo, refletindo a diversidade e a riqueza cultural que cada

aluno traz para o contexto escolar. Este estudo explorou a importância do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como um componente crucial na educação de alunos surdos, revelando que, embora haja um reconhecimento legal significativo, a prática pedagógica ainda apresenta lacunas que precisam ser efetivamente abordadas. A Libras deve ser compreendida não apenas como um meio de comunicação, mas como uma língua fundamental que serve de base para o aprendizado e o desenvolvimento integral dos estudantes surdos.

As evidências coletadas mostram que muitos educadores carecem de formação adequada para ensinar Libras, o que resulta em metodologias que frequentemente desconsideram as necessidades linguísticas e culturais dos alunos surdos. Além disso, a carência de materiais didáticos adaptados e a persistência de abordagens centradas na oralização constituem barreiras significativas ao progresso educacional.

A formação contínua para docentes que atuam na educação bilíngue é imprescindível. É fundamental que os educadores não apenas aprendam a língua, mas também compreendam a cultura surda e as particularidades da aprendizagem de alunos surdos. A formação deve ser integrativa e prática, capacitando os professores a desenvolverem competências que os ajudem a criar ambientes inclusivos e favoráveis ao aprendizado.

Ademais, o respeito à identidade surda é essencial para o fortalecimento da autoestima e da participação ativa desses alunos na vida escolar. As práticas pedagógicas que reconhecem a diferença cultural e linguística podem potencializar o engajamento dos alunos e melhorar significativamente seu desempenho acadêmico. As diretrizes estabelecidas por documentos legais e políticas públicas, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial, devem ser implementadas de maneira eficaz, com um compromisso real de todos os envolvidos no processo educacional. A efetivação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) é crucial para garantir que os direitos dos alunos surdos sejam respeitados e que seu acesso ao conhecimento

seja pleno e eficaz.

Portanto, para que se avance em direção a uma educação verdadeiramente inclusiva, é necessário um esforço conjunto que envolva a

formação integral dos educadores, a elaboração de materiais adequados, a sensibilização da comunidade escolar e a valorização da Libras como língua de instrução. Somente assim será possível construir um ambiente educacional que respeite e promova a diversidade, assegurando que todos os alunos, independentemente de sua condição, tenham oportunidades iguais para aprender e se desenvolver plenamente.

Em suma, o ensino da Libras deve ser um pilar na formação acadêmica de alunos surdos, e a implementação de práticas pedagógicas inclusivas deve ser um compromisso contínuo de toda a sociedade. A educação é um direito de todos e, portanto, deve ser trabalhada para atender a todas as especificidades e necessidades dos alunos, fortalecendo a diversidade e a inclusão no ambiente escolar.

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002.

FERNANDES, Eulália. Educação de surdos: uma introdução à pedagogia bilíngue. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

KARNOPP, Lodenir Becker. A constituição do sujeito surdo: linguagem e diferença. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LITERATURA SURDA: A INVISIBILIDADE E DESAFIOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ESCOLARES

Iasmim Lima da Silva¹

Luísa Eduarda Noleto DuarteFernandes²

Gabriela Silva Noleto³

Yasmin Bispo Noleto Carvalho⁴

Franciana Pinheiro Rodrigues⁵

Maria Aparecida Castro de Souza Solino⁶

Rennan Alberto dos Santos Barroso⁷

Resumo

A literatura surda é uma expressão artística e linguística legítima produzida na Língua Brasileira de Sinais (Libras), que ultrapassa a simples tradução da literatura ouvinte, representando a cultura e identidade da Comunidade Surda. Este artigo discute a importância da literatura surda no contexto educacional, destacando seu papel na construção da identidade, no desenvolvimento do letramento visual e no fortalecimento da cultura surda nas escolas. A pesquisa, de caráter bibliográfico, analisa os desafios enfrentados para a efetiva integração dessa literatura nas práticas pedagógicas, incluindo a falta de formação docente adequada, a escassez de materiais didáticos acessíveis em Libras e a resistência institucional à implementação de uma educação bilíngue. Além disso, evidencia a importância da formação continuada dos professores e da valorização da Libras como língua de instrução. Ao legitimar formas literárias visuais, como narrações de histórias realizadas em Libras, poemas visuais e apresentações em Libras, a escola pode se tornar um espaço inclusivo e sensível à diversidade linguística e cultural. O estudo conclui que promover a literatura surda no ambiente escolar é um ato de justiça social e cultural, necessário para garantir o direito dos estudantes surdos de verem suas experiências representadas de maneira plena e significativa.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura surda. Libras. Inclusão escolar. Identidade surda.

¹ Graduanda em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

² Graduanda em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

³ Graduanda em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

⁴ Graduanda em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

⁵ Graduanda em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

⁶ Graduanda em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

⁷ Mestre em Educação Inclusiva (UNIFESSPA). Letras- Libras (UEPA). Professor do departamento de Educação Campus Balsas UEMA.

Abstract

Deaf literature is a legitimate artistic and linguistic expression produced in Brazilian Sign Language (Libras), going beyond the mere translation of hearing literature to represent the culture and identity of the deaf community. This article discusses the importance of deaf literature in educational contexts, highlighting its role in building identity, developing visual literacy, and strengthening deaf culture within schools. This bibliographic research analyzes the challenges to effectively integrating deaf literature into pedagogical practices, including the lack of adequate teacher training, the scarcity of accessible didactic materials in Libras, and institutional resistance to implementing bilingual education. Furthermore, it emphasizes the importance of ongoing teacher development and the recognition of Libras as a language of instruction. By legitimizing visual literary forms—such as signed storytelling, visual poetry, and apresentações in Libras—schools can become inclusive spaces sensitive to linguistic and cultural diversity. The study concludes that promoting deaf literature in schools is an act of social and cultural justice, essential to ensuring that deaf students see their experiences fully and meaningfully represented.

KEYWORDS: Deaf literature. Libras. School inclusion. Deaf identity.

1- Introdução

A literatura é uma das formas mais potentes de expressão da experiência humana. Através dela, histórias, culturas, identidades e emoções são compartilhadas, criando vínculos profundos entre a linguagem. No contexto educacional, a literatura sempre ocupou um espaço privilegiado na formação de sujeitos leitores e críticos. No entanto, quando se trata da educação de pessoas surdas, é necessário repensar essa relação de uma outra língua, de uma outra perspectiva de mundo: a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A literatura surda não é apenas uma adaptação da literatura ouvinte para Libras. Trata-se de uma produção com características próprias, visual e corporal, atravessada pela cultura e identidade surda. Ela se manifesta por meio de narrações de histórias realizadas em Libras, poemas visuais, narrativas de vida e outras formas artísticas que circulam dentro da Comunidade Surda e que, aos poucos, têm ganhado espaço em ambientes escolares. Com o reconhecimento oficial da Libras no Brasil, em 2002, e os demais avanços, tornou-se possível o registro e a valorização dessas expressões artísticas.

Apesar disso, a literatura surda ainda enfrenta desafios para ser integrada à escola. Em muitas instituições, a Libras ainda não é tratada como língua de instrução, mas como apoio. Além disso, a maioria dos professores não tem formação adequada para trabalhar com obras produzidas em sinais ou mesmo para mediar leituras literárias com estudantes surdos, pois muitos não sabem como falar a Língua Brasileira de Sinais. Esse problema impede que crianças e jovens surdos não tenham acesso à literatura em sua língua materna e, por consequência, compromete o desenvolvimento da identidade linguística e cultural desses sujeitos.

Valorizar a literatura surda na educação significa reconhecer que a Libras é uma língua de criação simbólica, capaz de produzir experiências significativas de leitura. Mais do que isso, significa garantir aos alunos surdos o direito de verem suas histórias, gestos e culturas sendo representados. Como afirma Lodenir Karnopp (2008, p. 9 e 15): “a literatura surda adquire também o papel de difusão da cultura surda, dando visibilidade às expressões linguísticas e artísticas advindas da experiência visual”.

Diante disso, este artigo tem como objetivo discutir os potenciais pedagógicos da literatura surda no contexto educacional e refletir sobre os principais desafios que ainda precisam ser enfrentados para que ela seja reconhecida, valorizada e integrada às práticas de ensino. A abordagem parte da compreensão da Libras como língua legítima e da literatura surda como ferramenta essencial na formação de estudantes surdos enquanto sujeitos críticos e criativos.

2- Procedimentos metodológicos

Essa pesquisa foi construída a partir de uma abordagem bibliográfica. A pesquisa tem como base autores e autoras que reconhecem a Libras como uma língua legítima e visual, e que compreendem a literatura surda como um campo de criação artística atravessado por identidade, resistência e pertencimento. Em especial, os estudos de Lodenir Karnopp (2008) foram fundamentais para esta reflexão, ao afirmar que:

a literatura surda está relacionada com a cultura surda. A literatura da cultura surda, contada na língua de sinais de

determinada comunidade linguística, é constituída pelas histórias produzidas em língua de sinais pelas pessoas surdas, pelas histórias de vida que são frequentemente relatadas, pelos contos, lendas, fábulas, piadas, poemas sinalizados, anedotas, jogos de linguagem e muito mais (Karnopp, 2008, p.14-15).

Esse campo da literatura surda é especialmente relevante quando se trata do contexto educacional. Para que os estudantes surdos se apropriem do letramento literário, é preciso que a mediação escolar respeite e incorpore a Libras como língua de instrução e, mais ainda, que a literatura surda seja valorizada em sua especificidade estética, visual e cultural.

A pesquisa foi desenvolvida por meio da análise de obras teóricas, artigos científicos e produções acadêmicas que tratam da educação de surdos, da literatura em Libras e da formação docente. Autores como Karnopp (2006) Cosson (2006) e Mantoan (2015) foram fundamentais para embasar teoricamente as reflexões, com destaque para a concepção da Libras como língua de instrução e da literatura surda como expressão legítima da cultura visual que segundo Karnopp:

a expressão “literatura surda” é utilizada no presente texto para histórias que têm a língua de sinais, a identidade e a cultura surda presentes na narrativa. Literatura surda é a produção de textos literários em sinais, que traduz a experiência visual, que entende a surdez como presença de algo e não como falta, que possibilita outras representações de surdos e que considera as pessoas surdas como um grupo linguístico e cultural diferente (Karnopp, 2006).

Esse trecho de Karnopp destaca a importância de compreender a literatura surda como uma forma legítima de expressão cultural, que valoriza a língua de sinais e rompe com visões capacitistas, reconhecendo a surdez como diferença e não como ausência.

A escolha por uma pesquisa bibliográfica permite observar, a partir de múltiplas vozes e fontes, como a ausência de políticas educacionais inclusivas, a falta de formação de professores bilíngues e a visão limitada da Libras como mero recurso de apoio comprometem o acesso de estudantes surdos à literatura em sua língua natural. Essa condição reforça desigualdades e impede o pleno desenvolvimento linguístico, afetivo e cultural desses sujeitos. A pesquisa também se propõe a analisar as potencialidades

pedagógicas da literatura surda, especialmente por meio de gêneros visuais como narrações de histórias realizadas em Libras, poemas visuais e narrativas de vida, valorizando a experiência estética e simbólica da língua de sinais. Como afirma Cosson (2006):

a escola é um dos principais mediadores, na apropriação do letramento literário, mas para que essa mediação seja efetiva, é preciso que haja um processo educativo específico, em detrimento de uma mera e simplista leitura de textos considerados literários e valorizados por esta instituição (Cosson, 2006,).

O trecho de Cosson (2006) destaca uma crítica importante à forma como a literatura é tradicionalmente abordada nas escolas. Ao afirmar que a escola é mediadora do letramento literário, ele reconhece seu papel essencial na formação de leitores. No entanto, também aponta que essa mediação precisa ser intencional e bem planejada, ou seja, não basta oferecer textos literários valorizados culturalmente, é necessário criar estratégias educativas que realmente possibilitem a construção de sentido, o envolvimento emocional e a reflexão crítica por parte dos alunos. Esse pensamento é especialmente relevante quando se trata da literatura surda no contexto educacional. Para que os estudantes surdos se apropriem do letramento literário, é preciso que a mediação escolar respeite e incorpore a Libras como língua de instrução e, mais ainda, que a literatura surda seja valorizada em sua especificidade estética, visual e cultural. Isso significa ir além da leitura tradicional de textos impressos, reconhecendo outras formas de narrativas como as histórias realizadas em Libras, os poemas visuais e as apresentações em Libras como igualmente legítimas e fundamentais na formação de sujeitos leitores.

3- Referencial teórico

O referencial teórico também considerou os desafios enfrentados na formação docente. Muitos professores, mesmo atuando em salas com estudantes surdos, não possuem domínio da Libras e, conseqüentemente não conseguem desenvolver práticas literárias significativas nessa língua, além da falta de formação adequadas de docentes para lidar com alunos surdos e a necessidade de adaptar materiais didáticos para Libras. De acordo com

Mantoan:

formar o professor na perspectiva da Educação Inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino em todos os níveis. [...] A inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação. A formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda (Mantoan, 2015, p. 81).

Dessa maneira Mantoan (2015) enfatiza que a inclusão escolar exige uma transformação profunda na forma como entendemos a educação. Não se trata apenas de inserir alunos com deficiência em salas regulares, mas de mudar toda a estrutura educacional especialmente a formação dos professores. Para que a inclusão seja real e eficaz, os educadores precisam ser preparados para atuar de forma crítica, flexível e acolhedora, o que demanda uma ressignificação de seu papel e uma formação contínua que vá além dos modelos tradicionais e excludentes. Essa mudança é essencial para garantir o direito à aprendizagem de todos, inclusive dos estudantes surdos.

A formação do docente precisa ser contínua e integrada ao cotidiano escolar, considerando o trabalho coletivo e transdisciplinar. Não se trata apenas de inserir o aluno surdo na sala de aula, mas de transformar a escola em um espaço que reconhece e valoriza as diferenças. A formação continuada, nesse cenário, emerge como instrumento essencial não só para o desenvolvimento profissional, mas também para a efetivação de práticas pedagógicas mais equitativas e acessíveis a todos. Segundo o MEC:

a formação do docente precisa ser contínua e integrada ao cotidiano escolar, considerando o trabalho coletivo e transdisciplinar. Não se trata apenas de inserir o aluno surdo na sala de aula, mas de transformar a escola em um espaço que reconhece e valoriza as diferenças. A formação continuada, nesse cenário, emerge como instrumento essencial não só para o desenvolvimento profissional, mas também para a efetivação de práticas pedagógicas mais equitativas e acessíveis a todos (Brasil, 2005, p. 21).

O maior desafio que os surdos encontram no ambiente educacional reflete uma exclusão estrutural ainda presente no sistema. A ausência de acessibilidade linguística, a falta de formação adequada dos professores e a pouca valorização da Libras como língua de instrução tornam o processo de

aprendizagem ainda mais difícil.

3.1 desafios no ensino de literatura surda nas escolas

Com uma análise feita, é evidente que a literatura surda como expressão cultural e linguística, é fundamental para a construção da identidade, no desenvolvimento linguístico e no fortalecimento dos estudantes surdos no ambiente escolar, mas ainda há um abismo entre o reconhecimento da Libras como língua oficial e a implementação no meio de práticas pedagógicas.

Evidencia-se que há inúmeros desafios, principalmente na formação de professores, existem muitos profissionais que não estão preparados para trabalhar com a literatura surda. Historicamente, a Libras não era reconhecida, muitas vezes era até proibida de ser usada nas escolas, não existia reconhecimento da cultura surda, o ensino priorizava somente a fala da língua portuguesa, não tinha um lugar pertencente para eles, mas entre os surdos circulava histórias realizadas em Libras, histórias do seu cotidiano e piadas, mas longe de pessoas ouvintes que desprestigiavam a língua de sinais, para eles era um incômodo.

Talvez seja fácil definir e localizar, no tempo e no espaço, um grupo de pessoas; mas quando se trata de refletir sobre o fato de que nessa comunidade surgem – ou podem surgir – processos culturais específicos, é comum a rejeição à ideia da “cultura surda”, trazendo como argumento a concepção da cultura universal, a cultura monolítica. Não me parece possível compreender ou aceitar o conceito de cultura surda senão através de uma leitura multicultural, ou seja, a partir de um olhar de cada cultura em sua própria lógica, em sua própria historicidade, em seus próprios processos e produções. Nesse contexto, a cultura surda não é uma imagem velada de uma hipotética cultura ouvinte. Não é seu revés. Não é uma cultura patológica. (Skliar 1998, p. 28).

Um grande desafio que os professores enfrentam é que as escolas não facilitam a acessibilidade, recursos e aparelhamento técnicos, muitos professores não têm formação que lhes permita trabalhar adequadamente com os alunos surdos, o que gera exclusão e distanciamento dos estudantes surdos nas salas de aula. Ao introduzir a literatura surda de forma respeitosa e planejada no contexto escolar, ela se torna uma poderosa ferramenta de

ensino, proporcionando aos alunos letramento literário e fortalecimento da língua de sinais, valorizando a cultura surda. Há uma resistência institucional na introdução da Libras como língua, e reprodução de práticas pedagógicas exclusivamente centradas na oralidade e na escrita dificultam esse processo. Não tendo acesso a uma política educacional efetivamente bilíngue faz com que muitos estudantes surdos tenham dificuldades futuras, comprometendo seu desenvolvimento escolar, acadêmico, social e afetivo.

A Língua Brasileira de Sinais é uma língua visual-gestual, existe a escrita de sinais (SignWriting) que facilita o entendimento para surdos, mas são raras as obras literárias produzidas que utilizam essa escrita, e poucas as escolas que as incluem.

A identidade e a cultura das pessoas surdas são complexas, já que seus membros frequentemente vivem num ambiente bilíngue e multicultural. Por um lado, as pessoas surdas fazem parte de um grupo visual, de uma Comunidade Surda que pode se estender além da esfera nacional, no nível mundial. É uma comunidade que atravessa fronteiras. Por outro lado, eles fazem parte de uma sociedade nacional, com uma língua de sinais própria e com culturas partilhadas com pessoas ouvintes de seu país (Quadros e Sutton-Spence, 2006).

Por isso é fundamental falar e discutir a literatura surda na educação, pois não é apenas refletir sobre práticas pedagógicas, mas falar sobre os direitos linguísticos, culturais e sociais. Ao ter uma educação com acesso aos estudantes surdos, permite que professores e alunos tenham melhores condições de ensino, com materiais adequados no ambiente escolar, também com o fortalecimento de profissionais surdos, com isso há o reconhecimento da literatura surda como um patrimônio cultural que deve ser compartilhado e valorizado.

A língua de sinais é fundamental na identificação da Comunidade Surda, mesmo tendo outros aspectos importantes como sociais e políticos entre os membros da sociedade, os surdos não rejeitam a sociedade ouvinte, mas se consideram diferentes, querem compartilhar sua cultura.

o entendimento ao estilo comunitário, casual (...) não precisa ser procurado, e muito menos construído: esse entendimento já “está lá” completo e pronto para ser usado – de tal modo

que nos entendemos “sem palavras” e nunca precisamos perguntar com apreensão, “o que você quer dizer?” O tipo de entendimento em que a comunidade se baseia precede todos os acordos e desacordos. Tal entendimento não é uma linha de chegada, mas o ponto de partida de toda união. É um “sentimento recíproco e vinculante” – “a vontade real e própria daqueles que se unem”; e é graças a esse entendimento, e somente a esse entendimento, que na comunidade as pessoas “permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam (Bauman, 2003, p. 15-16).

Ao compartilhar a língua de sinais em uma sociedade em que a língua majoritária é oral um desafio, no contexto frágil é utilizado a advertência de Bauman (2003):

A comunidade de entendimento comum, mesmo se alcançada, permanecerá, portanto, frágil e vulnerável, precisando para sempre de vigilância, reforço e defesa. Pessoas que sonham com a comunidade na esperança de encontrar a segurança de longo prazo que tão dolorosa falta lhes faz em suas atividades cotidianas, e de libertar-se da enfadonha tarefa de escolhas sempre novas e arriscadas, serão desapontadas. A paz de espírito, se alcançada, será do tipo “até segunda ordem”. Mais do que com uma ilha de “entendimento natural”, ou um “círculo aconchegante” onde se pode depor as armas e parar de lutar, a comunidade realmente existente se parece com uma fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora e frequentemente assolada pela discórdia interna; trincheiras e baluartes são os lugares onde os que procuram o aconchego, a simplicidade e a tranquilidade comunitárias terão que passar a maior parte de seu tempo (p.19).

A Comunidade Surda enfrenta esses desafios e outros, mas somente o reconhecimento legal da língua de sinais não é suficiente, a cultura surda tendo a experiência visual e o uso a língua correntemente sustenta o encontro e a vida da comunidade.

3.2 o papel da literatura surda na educação

A análise desenvolvida a partir de estudos bibliográficos permitiu constatar que a literatura surda constitui uma poderosa ferramenta pedagógica para a valorização da identidade surda, promoção do letramento visual e fortalecimento da cultura surda no espaço escolar. Como expressão

estética e linguística produzida na Língua Brasileira de Sinais (Libras), a literatura surda se manifesta por meio de narrativas visuais, narrações de histórias, poesias realizadas em Libras e apresentações, constituindo um campo próprio de criação artística que ultrapassa a mera tradução da literatura ouvinte para Libras (Karnopp, 2008).

Os resultados revelam que, embora haja avanços legais como o reconhecimento da Libras como língua oficial (Lei nº 10.436/2002), persistem entraves significativos na efetivação de uma educação bilíngue. A literatura surda ainda ocupa espaço periférico nas práticas escolares, sendo, muitas vezes, negligenciada em razão da formação insuficiente dos docentes. Muitos professores não possuem domínio da Libras, o que limita a mediação de práticas literárias visuais e impede o acesso pleno dos estudantes surdos ao letramento em sua língua materna (Mantoan, 2015).

Além disso, os dados apontam para uma resistência institucional à implementação de políticas pedagógicas que valorizem a Libras como língua de instrução. A literatura surda continua sendo pouco explorada em sala de aula, sendo frequente a priorização da oralidade e da escrita em língua portuguesa. Tal cenário desconsidera a especificidade estética e linguística da produção cultural surda, enfraquecendo a construção da identidade linguística e do senso de pertencimento dos alunos surdos (Cosson, 2006).

A ausência de materiais didáticos adequados e de obras literárias produzidas diretamente em sinais como aquelas que utilizam a escrita de sinais (SignWriting) também limita o desenvolvimento do letramento visual. A literatura surda permanece, muitas vezes, restrita ao ambiente comunitário surdo, sem ampla circulação nas escolas, o que contribui para a invisibilização das narrativas e expressões artísticas surdas no currículo escolar.

Em termos culturais, os resultados demonstram que a literatura surda é um dos pilares da cultura surda, pois permite o compartilhamento de experiências, histórias e valores da Comunidade Surda. Conforme argumenta Skliar (1998), compreender a cultura surda demanda um olhar multicultural, que reconheça os modos próprios de produção simbólica e a historicidade dessa comunidade. A surdez, nesse sentido, não deve ser concebida como

ausência, mas como diferença que dá origem a formas específicas de linguagem, identidade e cultura (Karnopp, 2006).

Além disso, os autores destacam a importância da Comunidade Surda como espaço de acolhimento e resistência, fundamentado em uma língua compartilhada e em vínculos identitários. Quadros e Sutton-Spence (2006) enfatizam a vivência bilíngue e multicultural das pessoas surdas, que se reconhecem como parte de uma coletividade com valores e modos próprios de interação. No mesmo sentido, Bauman (2003) adverte que essa comunidade é constantemente desafiada por barreiras sociais, sendo necessário vigilância e luta contínua para que seus direitos sejam assegurados.

Diante disso, é possível afirmar que a integração efetiva da literatura surda no espaço educacional exige mudanças estruturais profundas, incluindo a formação continuada de professores, o reconhecimento da Libras como língua de instrução e a valorização da produção artística e literária surda como patrimônio cultural. O respeito às especificidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos é condição essencial para a construção de uma educação inclusiva e democrática.

3 Conclusão

A presente investigação evidenciou que a literatura surda é uma ferramenta pedagógica poderosa e indispensável na formação integral de estudantes surdos. Mais do que um recurso de apoio, a literatura produzida em Língua Brasileira de Sinais (Libras) se configura como expressão legítima da cultura visual e da identidade surda, desempenhando um papel crucial na construção do letramento, da subjetividade e do pertencimento social desses sujeitos.

Reconhecer a potência da literatura surda é reconhecer, antes de tudo, o direito linguístico e cultural da Comunidade Surda de ver sua experiência representada, respeitada e valorizada no espaço escolar. Embora avanços tenham sido conquistados no plano legal, como o reconhecimento da Libras

como língua oficial no Brasil por meio da Lei nº 10.436/2002, o distanciamento entre a legislação e a prática educacional cotidiana ainda é grande.

A literatura surda permanece à margem do currículo escolar, limitada por fatores como a ausência de formação bilíngue adequada entre professores, a escassez de materiais didáticos apropriados e a resistência institucional à adoção da Libras como língua de instrução. Esse quadro aponta para uma exclusão estrutural, que impede que estudantes surdos tenham acesso a práticas pedagógicas condizentes com sua realidade linguística e cultural.

Diante desse cenário, torna-se imperativo repensar os modelos educacionais vigentes, incorporando práticas efetivamente inclusivas que respeitem a diversidade e promovam a equidade. A formação continuada de docentes, ancorada em uma perspectiva bilíngue e multicultural, é um dos pilares para essa transformação. Como argumentam autores como Mantoan (2015) e Skliar (1998), é necessário romper com concepções tradicionais de ensino e compreender a diferença neste caso, a surdez, não como uma limitação, mas como uma forma singular e potente de estar no mundo. A literatura surda, nesse contexto, é mais do que uma prática pedagógica: é uma prática de reconhecimento, de validação de identidades, de resistência à homogeneização cultural. Outro aspecto relevante que emerge da análise é a necessidade de ampliação dos espaços de circulação e valorização das narrativas surdas. A escola deve funcionar como um ambiente de escuta visual, sensível e ética para as histórias, os gestos e os afetos da Comunidade Surda. Ao legitimar formas literárias visuais, como os contos sinalizados, as poesias em Libras e as apresentações visuais, a instituição escolar rompe com a centralidade da linguagem escrita e oral, abrindo-se para outras filosofias de conhecimentos, outras formas de narrar, de sentir e de produzir sentido.

A integração da literatura surda ao cotidiano escolar não se resume a inserir novos conteúdos no currículo. Trata-se de uma reconfiguração profunda do olhar pedagógico, que exige escuta ativa, respeito às especificidades culturais e compromisso ético com a justiça social. A literatura surda é, portanto, um território de criação, de memória e de futuro um espaço

onde os estudantes surdos podem se reconhecer, se projetar e afirmar sua existência em uma sociedade ainda marcada por barreiras linguísticas e simbólicas. Ademais, discutir e implementar a literatura surda na educação é também uma forma de resistência política. É afirmar que todas as formas de linguagem têm valor e que nenhuma cultura deve ser invisibilizada. É garantir que a escola, como espaço de formação cidadã, seja verdadeiramente plural e inclusiva. O reconhecimento da surdez como diferença e não como deficiência é um passo fundamental para a construção de um modelo educacional que acolha a multiplicidade de vozes e, nesse caso, de sinais que compõem nossa sociedade.

Assim, conclui-se que promover a literatura surda no ambiente educacional não é apenas uma estratégia metodológica, mas um ato de justiça social e cultural. É dar voz ou melhor, dar sinal àqueles que por muito tempo foram silenciados pelas estruturas excludentes do sistema educacional. Cabe, portanto, às instituições formadoras, aos professores, aos gestores e aos próprios estudantes, o compromisso com a construção de uma escola verdadeiramente bilíngue, onde a literatura surda ocupe o lugar de centralidade que lhe é de direito.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARVALHO, Daniel. Literatura surda – o que é? Por uma teoria da literatura surda. Revista Diálogos: Linguagens em movimento, Série Especial Monografias, v. II, ano II, 2014.

COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

GOMIDES, Paula Aparecida Diniz; CARVALHO, Gilcinei Teodoro; ROCHA, Terezinha Cristina da Costa. Literatura surda e percursos sócio-históricos de formação de dois professores surdos. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, v. 60, n. 3, p. 735–747, set.– dez. 2021.

KARNOPP, Lodenir B. Literatura Surda. Florianópolis: Universidade Federal de

Santa Catarina, 2008.

KARNOPP, Lodenir B. A surdez: um olhar sobre a diferença. Porto Alegre: Mediação, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2015.

OLIVEIRA, Adriane Silva de Abreu; ABREU, Cristiana Silva de; BRAUNA, Mayara Priscila; OLIVEIRA, Neuzenir Silva de Abreu; OLIVEIRA, Santino de. Educação Especial: os desafios

da inclusão de alunos surdos no contexto escolar. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro,

v. 22, n. 18, 17 maio 2022.

QUADROS, Ronice Müller de; SUTTON-SPENCE, Rachel. Línguas de sinais e estudos surdos: temas em educação. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre a diferença. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOUZA, Juliana Cassemiro de. Literatura Surda, o que é isso? Cultura e identidade de um povo em produções brasileiras. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras – Português e Inglês) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Catalão, 2023.

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO L2 PARA SURDOS

Bruno Melo Martins¹

Guilherme de Sousa Costa²

Hana Vitória Rodrigues Franco³

Hélina Muniele de Sousa Chaves⁴

Regiane Silva Assunção⁵

Robson Miranda dos Santos⁶

Rennan Alberto dos Santos Barroso⁷

Resumo

O presente artigo teve como principal intuito trabalhar a temática do ensino da língua portuguesa para os surdos, visando que a mesma se refere a L2, como segunda língua, já que para a comunidade surda sua linguagem materna é LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) conhecida como L1. Tendo em vista então buscar entender por meio dessa pesquisa suas características, metodologias, formação de docentes e principalmente quais fatores dificultam de forma direta e indireta esse ensino dentro do âmbito escolar, e como isso impacta no desenvolvimento educacional desses discentes no processo de ensino e aprendizagem, muitas vezes excluindo os alunos dessa etapa de total importância para a vida do mesmo.

Enfatizando o papel do professor em sala de aula, sendo o mesmo o mediador do conhecimento, e também do intérprete de Libras, ambos necessitam trabalhar juntos para que esse ensino da língua portuguesa como (L2) para os surdos seja um aprendizado qualitativo e significativo para os alunos com surdez, tendo em vista que isso mudará suas vidas, como uma educação que lhe darão empoderamento, inclusão e participação ativa na sociedade.

Entretanto ensino da língua portuguesa (L2) para os surdos possuem diversas dificuldades que muitas das vezes são negligenciadas pela política pedagógica da escola e principalmente pelas políticas públicas que não investem e não fiscalizam a qualidade desse ensino nas escolas. Isso influencia o aprendizado dos alunos. Então fica evidente que essa temática deve ser mais abordada e pesquisada nos dias atuais, e, automaticamente ser menos negligenciada no que se diz respeito a educação inclusiva. Pois a mesma é de total importância para o desenvolvimento educacional dos alunos surdos, visando que através dessa educação os mesmos podem enfrentar barreiras, vencer obstáculos nunca antes imaginados e realizarem seus respectivos sonhos.

Palavras-chave: língua portuguesa, Libras e aprendizagem.

¹ Graduando do Curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,

³ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,

⁵ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,

⁶ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,

⁷ Mestre em Educação Inclusiva (UNIFESSPA). Letras- Libras (UEPA). Professor do departamento de Educação Campus Balsas UEMA.

Abstract

The main purpose of this article was to address the issue of teaching Portuguese to the deaf, considering that it refers to L2, as a second language, since for the deaf community their native language is LIBRAS (Brazilian Sign Language), known as L1. With this in mind, we sought to understand through this research its characteristics, methodologies, teacher training and, mainly, which factors directly and indirectly hinder this teaching within the school environment, and how this impacts the educational development of these students in the teaching and learning process, often excluding students from this stage of total importance for their lives. Emphasizing the role of the teacher in the classroom, who is the mediator of knowledge, and also of the LIBRAS interpreter, both need to work together so that this teaching of Portuguese as a (L2) language for the deaf is a qualitative and significant learning experience for deaf students, considering that this will change their lives, as an education that will give them empowerment, inclusion and active participation in society. However, teaching Portuguese (L2) to the deaf presents several difficulties that are often neglected by the school's pedagogical policy and especially by public policies that do not invest in or monitor the quality of this teaching in schools. This influences student learning. Therefore, it is clear that this topic should be more addressed and researched today, and automatically be less neglected with regard to inclusive education. This is because it is of utmost importance for the educational development of deaf students, aiming that through this education they can face barriers, overcome obstacles never imagined and realize their respective dreams.

Keywords: Portuguese language, Libras and learning.

1. introdução

A educação de surdos no Brasil tem passado por importantes transformações, especialmente no que se refere ao reconhecimento de Libras (Língua Brasileira de Sinais) como a primeira língua (L1) dessa comunidade. Nesse contexto, o ensino da língua portuguesa como segunda língua (L2) emerge como um desafio pedagógico e linguístico que exige abordagens específicas e sensíveis às particularidades do aluno surdo.

O ensino da língua portuguesa como segunda língua (L2) para surdos configura-se como uma temática central nas discussões sobre inclusão e acessibilidade no contexto educacional brasileiro. Mais do que uma simples tradução entre línguas, o processo de ensino-aprendizagem de português para surdos demanda a construção de estratégias que respeitem a diferença linguística e cultural, promovendo a inclusão

efetiva e a ampliação das possibilidades de comunicação e acesso à informação.

Diante desse cenário, é necessário repensar práticas pedagógicas, materiais didáticos e a formação de professores, de modo a garantir que o estudante surdo tenha acesso efetivo ao conteúdo escolar e às múltiplas formas de letramento.

Este trabalho propõe-se a refletir sobre os principais aspectos envolvidos nesse processo, considerando o papel do professor, os desafios e as implicações educacionais e sociais desse ensino.

2. Fundamentos do ensino bilingue

O bilinguismo como modalidade de ensino é relativamente recente na história geral da educação dos surdos; os métodos do oralismo e do gestualismo são praticados desde o século XVIII, enquanto o bilinguismo surge na segunda metade do XX. Por isso, para compreender sua posição e fundamentos é salutar uma breve retomada do percurso histórico da educação dos surdos fora e dentro do Brasil.

O precursor e representante do gestualismo é o abade francês Michel de l'Épée, que fundou a primeira escola para surdo em seu país no ano de 1760. O método educacional de l'Épée utilizava a língua de sinais já usada pela comunidade surda francesa de sua época, com adições da gramática francesa textual para torná-

la mais complexa. O Institut de l'Épée formou diversos professores, entre eles, Edouard Ernest Huet, um professor surdo francês que, a convite de Dom Pedro II, residiu no Brasil e fundou o Imperial Instituto de Surdos-Mudos (I.I.S.M.) em 1857, que foi renomeado dois anos depois para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Por meio da escola, Ernest trouxe a língua de sinais francesa (LSF) aos surdos brasileiros que, com o tempo e incorporação de sinais genuinamente brasileiros, corroborou na Língua Brasileira de Sinais, a Libras.

No entanto, no início do século XX, seguindo a tendência internacional, o INES adotou o oralismo puro. O oralismo também teve origem no século XVIII e seu precursor foi o alemão Samuel Heinicke. A

metodologia de ensino consiste em ensinar o surdo a comunicar-se por meio de uma língua oral; os defensores desse método argumentavam que ele podia integrar a pessoa surda a comunidade ouvinte de seu país. Para o oralismo puro, a língua de sinais é um obstáculo para que o surdo se desenvolva intelectual e socialmente, por essa razão a Libras foi oficialmente proibida nas salas de aula do INES em 1957, mas continuou a ser usada nos corredores e pátios da escola (Goldfeld, 2002, p. 32).

Por volta das décadas de 70 e 80 chega ao Brasil a filosofia bilinguista, que defende que o surdo deve adquirir a língua de sinais como primeira língua e a língua oral oficial de seu país como segunda língua (Goldfeld, 2002, p. 42). Dessa forma, o fundamento do bilinguismo é compreender que a Libras deve ser a primeira língua no ensino e o português, a segunda. Sobre essa abordagem educativa, estabelece o decreto nº 5.626/2005, no Capítulo IV, Art. 15 o “ensino da modalidade escrita da língua portuguesa, como segunda língua para surdos”.

O bilinguismo entende que há grande importância e utilidade no aprendizado da língua portuguesa para alunos surdos. Como afirma Lemos (2017, p. 11) o português como segunda língua traz mais autonomia e liberdade para o surdo e permite que ele tenha acesso ao conteúdo de sinalizações, livros, artigos, letreiros, websites entre outros.

3. O papel do professor e a sua formação na educação de surdos

A educação de Surdos é uma área que exige um conjunto específico de competências e um profundo comprometimento ético, linguístico e cultural por parte

do professor. Longe de ser apenas um transmissor de conteúdos, o docente que atua com estudantes Surdos deve assumir um papel multifacetado que compreende mediação linguística, domínio da Libras (Língua Brasileira de Sinais), conhecimento da cultura Surda e desenvolvimento de estratégias pedagógicas adaptadas à realidade bilíngue. Sua atuação deve contribuir não apenas para o aprendizado acadêmico, mas também para o fortalecimento da identidade Surda e da inclusão social.

4. O papel do professor bilíngue

O professor que atua com alunos Surdos deve ser compreendido como um mediador bilíngue, capaz de transitar entre a Libras (L1) e a língua portuguesa (L2) de maneira consciente, respeitosa e intencional. Ele não é apenas um tradutor, mas alguém que compreende os processos cognitivos e linguísticos envolvidos na aquisição de uma segunda língua por sujeitos Surdos, reconhecendo que a Libras é a primeira língua natural desses estudantes. Nesse contexto, sua mediação tem como objetivo garantir que o conteúdo escolar seja acessado plenamente por meio de estratégias visuais e bilíngues.

Além disso, o professor deve atuar como conhecedor da cultura Surda, reconhecendo que a surdez não é apenas uma condição biológica, mas uma experiência identitária e cultural. Como afirma Skliar (1997, p. 19), “a educação de Surdos precisa ser pensada a partir da diferença, da cultura Surda e da língua de sinais, e não da falta da audição. O professor deve reconhecer a criança Surda como sujeito de uma outra linguagem e de uma outra cultura.” Esse conhecimento é essencial para estabelecer vínculos de respeito e pertencimento com os estudantes, criando um ambiente educativo onde a diferença é valorizada e potencializada como fonte de aprendizagem.

Outro papel importante desse professor é o de especialista em L2 para Surdos. A língua portuguesa, enquanto segunda língua (L2), apresenta inúmeros desafios para o aluno Surdo, especialmente no que diz respeito à modalidade escrita. Por isso, é papel do professor desenvolver estratégias de ensino que respeitem os processos visuais e o tempo de aquisição dessa L2, utilizando-se de práticas pedagógicas acessíveis, como recursos imagéticos, esquemas visuais, textos adaptados e atividades contextualizadas. Como destaca Quadros (2004, p. 112), “o ensino bilíngue para Surdos pressupõe um professor que compreenda a Libras como primeira língua e a língua portuguesa como segunda, sendo capaz de articular metodologias visuais e estratégias específicas para esse público.”

Por fim, o docente também assume o papel de adaptador de materiais didáticos e criador de estratégias visuais, sendo responsável

por transformar conteúdos muitas vezes construídos sob uma lógica exclusivamente oralista em recursos acessíveis aos alunos Surdos. Isso requer sensibilidade pedagógica, criatividade e conhecimento técnico. Além disso, o professor deve ser promotor da interação, garantindo que os estudantes participem ativamente das atividades escolares, das interações em sala de aula e da construção do conhecimento, promovendo um ambiente bilíngue e multicultural.

5. O papel do professor de português e do intérprete de libras na educação de surdos

No contexto da educação bilíngue para surdos, o professor de língua portuguesa e o intérprete de Libras desempenham funções distintas, porém complementares, que contribuem para o desenvolvimento linguístico e acadêmico do estudante surdo. Compreender essas funções de forma clara é essencial para promover uma prática pedagógica inclusiva e eficaz.

O professor de português tem como responsabilidade principal o ensino da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua (L2) para alunos cuja primeira língua (L1) é a Libras. Isso exige do docente não apenas o domínio do conteúdo, mas também conhecimento sobre as especificidades linguísticas e cognitivas dos aprendizes surdos. É fundamental que o professor compreenda os surdos não são falantes nativos da língua portuguesa e, por isso, precisam de metodologias específicas, visuais e acessíveis que respeitem sua forma de apreensão do mundo e sua experiência linguística.

O professor de português tem o desafio de ensinar a língua portuguesa escrita como segunda língua, respeitando a Libras como a primeira língua do aluno surdo. Para isso, deve considerar as particularidades linguísticas e culturais dos surdos, adaptando suas práticas pedagógicas. Segundo Quadros (2004, p.15), “ensinar a língua portuguesa como L2 para surdos implica reconhecer a Libras como língua natural desses sujeitos e considerar suas especificidades na aprendizagem da escrita”. Isso significa compreender que a aquisição

da língua portuguesa por surdos geralmente ocorre de forma visual e não fonológica, como acontece com alunos ouvintes.

Nesse sentido, Fernandes (2006, p.49) aponta que “o ensino da língua portuguesa escrita para surdos exige metodologias específicas, que levem em conta a visualidade e o bilinguismo”. Cabe ao professor, portanto criar estratégias que favoreçam o letramento do aluno surdo sem recorrer exclusivamente a oralidade, muitas vezes inacessível a esse público.

Para esse fim, o professor deve planejar atividades que priorizem o uso de imagens, vídeos, textos adaptados e recursos tecnológicos, além de favorecer o ensino explícito da gramática do português escrito em comparação com a estrutura das Libras. Ainda, é desejável que esse docente tenha conhecimento básico de Libras, pois isso facilita a comunicação direta com os estudantes e fortalece o vínculo pedagógico.

O intérprete de Libras, por sua vez, atua como mediador linguístico entre professor e ouvinte e o aluno surdo, principalmente nas situações em que não há comunicação direta entre ambos. Sua função é garantir o acesso à informação por meio da tradução simultânea do conteúdo em português para Libras, e vice-versa, sempre com fidelidade ao sentido original. Contudo, é importante destacar que o intérprete não é professor, tampouco responsável pelo processo de ensino-aprendizagem. Ele atua como apoio linguístico, mas a mediação pedagógica deve ser conduzida pelo professor.

O intérprete de Libras atua como ponte linguística entre Libras e o português. De acordo com Sassaki (2003, p.76) “o papel do intérprete educacional é garantir o acesso linguístico ao conhecimento, e não ensinar o conteúdo”. Assim, o intérprete deve manter fidelidade ao discurso do professor, respeitando os limites éticos de sua função.

Conforme o decreto nº5.626/2005 (BRASIL, 2005) regulamenta a atuação do intérprete educacional, enfatizando sua importância na mediação entre alunos surdos e demais membros da comunidade escolar, sem, contudo, assumir responsabilidade pelo ensino dos conteúdos.

A articulação entre professor e intérprete requer diálogo,

planejamento conjunto aos papéis de cada profissional. Quando bem coordenados, esses agentes contribuem para uma educação mais equitativa, em que o estudante surdo tem acesso ao currículo escolar e ao desenvolvimento de competências em português como L2 de maneira mais eficaz.

6. Principais desafios no ensino da língua portuguesa para os surdos

São vários fatores que influenciam diretamente na qualidade do ensino da língua portuguesa (L2) para os alunos Surdos, que tem como sua língua materna a Libras (Língua Brasileira de Sinais, L1) esses aspectos impactam no seu desenvolvimento educacional, podendo trazer sérios prejuízos nesse processo de ensino aprendizagem tanto dentro assim como também fora do âmbito educacional, que prejudicam seu desenvolvimento no meio social, escolar e familiar.

Segundo Bonfim e Portela (2019, P.2) abordam que:

Dentre os vários desafios na educação dos surdos, ensinar língua portuguesa escrita é mais um deles, isto porque muitos destes alunos não fizeram a aquisição da L1, ou seja, não tem ainda uma língua constituída, o que impossibilita a aprendizagem da L2, pois, neste processo de transição, a L1 irá mediar a aprendizagem da L2. Bonfim e Portela (2019, P.2)

Um dos fatores cruciais são as barreiras que existem entre as diferenças dos dois tipos de línguas, a portuguesa e a Libras. Para conseguir vencê-las os professores tem que se adaptarem a novas metodologias de ensino, que respeitem a estrutura linguística dos alunos surdos, para que não haja um impasse e que o mesmo não se sinta excluído desse processo. As implementações desses métodos tendem a ser qualitativos. E não devem ser negligenciadas nas práticas pedagógicas, pois a aquisição de métodos instrumentos inclusivos em sala de aula são de grande importância para ajudar nesse processo de aprendizagem.

Segundo Bonfim e Portela (2019. P.61), enfatizam a importância de o professor estar preparado para lidar com alunos surdos, eles afirmam que:

No presente, o desafio é compreender o papel do professor de surdos no contexto das novas políticas educacionais e, entender que o processo de formação inicial e continuada para professores de surdos precisa de procedimento diferenciado. Isto porque, partindo do pressuposto de que a língua de sinais é a primeira língua dos surdos, é fundamental que o profissional que irá trabalhar com esses alunos tenha o conhecimento gramatical e o domínio da língua de sinais para que possa desenvolver um trabalho sistemático. Bonfim e Portela (2019. p. 61)

A dificuldade de ensinar a língua portuguesa para os alunos surdos é grande, pois alguns dos mesmos nem possuem o conhecimento básico da sua língua materna a Libras (L2) o que dificulta de forma acentuada esse processo. Um dos principais motivos para tal fato acontecer é a falta de formação continuada de professores voltada para essa específica área de educação para discentes com surdez. O docente necessita entender a importância do seu papel em sala de aula e procurar-se aprimorar ainda mais, possuindo assim um domínio gramatical da língua de sinais, para então conseguir ensinar a língua portuguesa para tais alunos. Seguindo essa ideia, pode então desempenhar um bom papel como mediador do conhecimento no ambiente educacional.

E também o que influencia de forma negativa é a escassez de intérpretes nas escolas. Isso dificulta muito a aquisição da aprendizagem da língua português (L2) aos discentes. E prejudica seu desenvolvimento educacional, pois o ambiente escolar fica pouco inclusivo, gerando dificuldades na participação desses alunos em sala de aula. Causando assim uma frustração educacional, tanto nos alunos, assim como também em seus pais.

Existem também dois aspectos de grande relevância que se tornam desafios para a aquisição da L2 aos alunos surdos são eles: A falta de recursos didáticos bem elaborados pela gestão escolar, muitas escolas possuem materiais, mas, na maioria das vezes os mesmos são inadequados a serem utilizadas como ferramentas de ensino. E o que era para ser instrumento pedagógico inclusivo, acaba não ajudando nesse processo, teriam que ter versões em Libras desses materiais, para facilitar o processo de aprendizagem da língua portuguesa para os alunos surdos, assim facilitando ainda mais essa etapa de grande importância para sua

aprendizagem e sua vida.

O outro fator são as avaliações feitas pelo professor, o mesmo como mediador do conhecimento em sala de aula, tem total responsabilidade de entender e respeitar o tempo e a maneira de aprender dos alunos surdos. Deve-se então utilizar avaliações adaptadas a esses alunos, sempre com o intuito de inserir o mesmo dentro do contexto educacional e potencializar suas qualidades. Assim o discente não se sentirá excluído desse processo, mas, sim valorizado e incluso.

7. Metodologia

Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa e de natureza bibliográfica, pois se fundamenta na análise de obras, artigos acadêmicos, legislações e documentos oficiais que discutem a educação de surdos e o ensino da língua portuguesa como segunda língua (L2). O estudo teve como objetivo compreender os desafios, as metodologias e os papéis dos profissionais envolvidos no processo educacional de alunos surdos no contexto escolar brasileiro.

A seleção dos materiais considerou a relevância teórica, a atualidade das discussões e a contribuição para o entendimento do ensino bilíngue, com ênfase no ensino da modalidade escrita da língua portuguesa. Foram utilizados livros, artigos científicos e documentos legais, como o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a educação bilíngue no Brasil.

A pesquisa bibliográfica permitiu identificar os principais desafios enfrentados por professores e intérpretes, bem como apontar propostas de práticas pedagógicas inclusivas e estratégias acessíveis, respeitando as particularidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos.

8. CONCLUSÃO

Fica evidente que o ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos apresenta diversos desafios, que exigem uma abordagem mais humana, sensível, e até mesmo inclusiva.

A grande falta de políticas públicas mais eficazes, a carência de formação contínua desses educadores, e a falta de recursos didáticos mais acessíveis e intérpretes nas salas de aulas comprometem o ensino de qualidade, limitando o acesso a alunos surdos na escola e no meio social.

É indispensável que a educação seja vista com mais seriedade e um olhar inclusivo, seja na promoção do ensino que valorize e respeite essa grande diversidade. Somente a partir de um ensino com mais comprometimento e respeitoso, garantimos um ensino que os alunos surdos tenham um desenvolvimento educacional.

REFERÊNCIAS

GOLDFELD, Márcia. A criança surda, linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2ª edição. São Paulo: Plexus editora; 2002.

LEMOS, Elsa Ferreira Silva Coelho de. A utilização da LIBRAS no ensino da língua portuguesa (L2) para surdos. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Atendimento Educacional Especializado) Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Natal, RN, 2017. Disponível em: . Acesso em: 15 abr. 2025.

FERNANDES, Eleni Terezinha Marques. A educação de Surdos: a aquisição da linguagem. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, Carlos. Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

FERNANDES, Eulália. língua portuguesa para surdos: um estudo sobre o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Mediação, 2006.

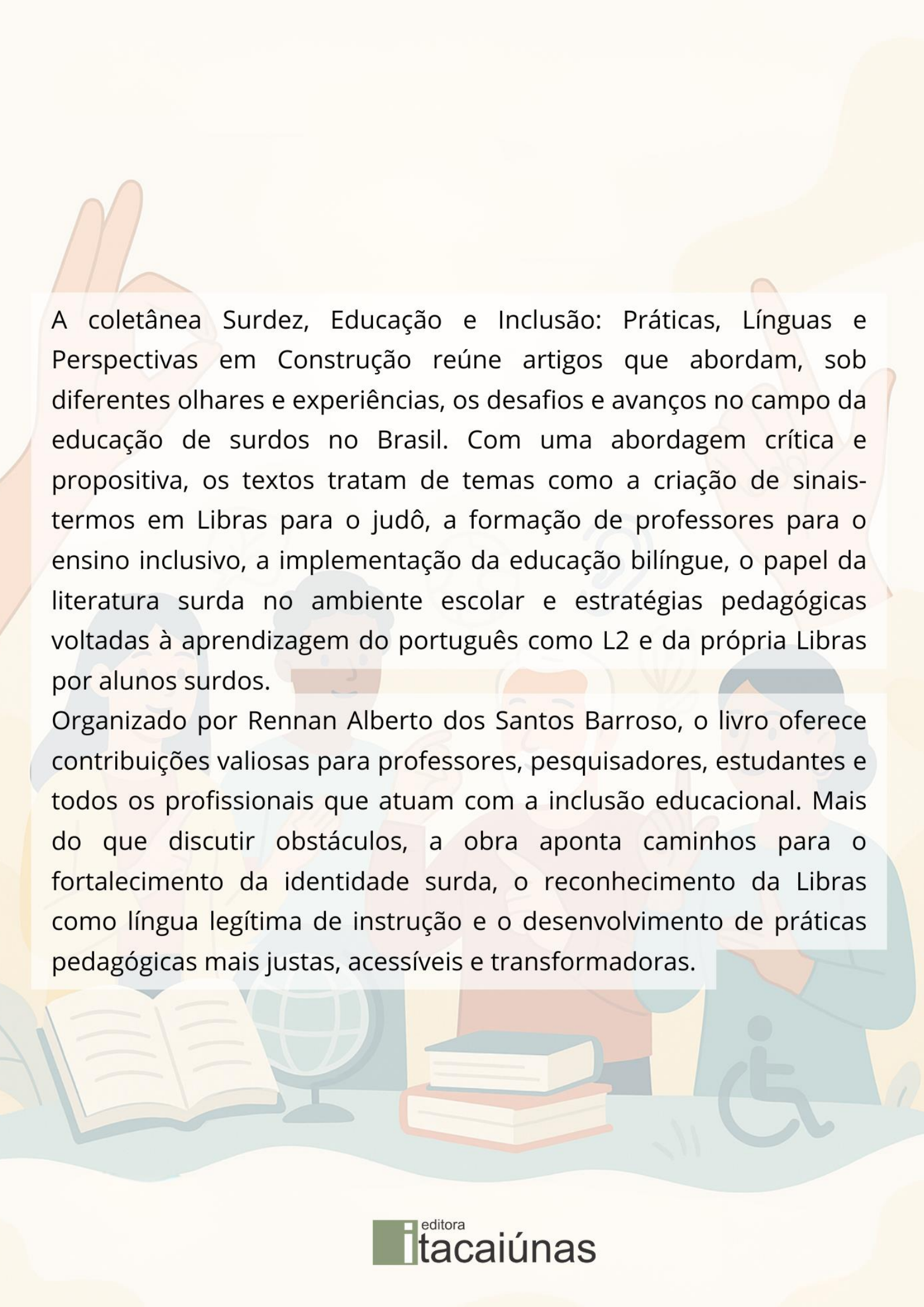
SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23

dez. 2005. Seção 1, p. 28. Disponível em: Acesso em: 5 junho 2025

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998. Disponível em: Acesso em: 09 junho de 2025

BOMFIM. L. F. PORTELA. C. P. d. J. Desafios e Caminhos Para a Formação de Professores de língua portuguesa L2 Para Surdos. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS. Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem. Campo Grande, 2019.



A coletânea *Surdez, Educação e Inclusão: Práticas, Línguas e Perspectivas em Construção* reúne artigos que abordam, sob diferentes olhares e experiências, os desafios e avanços no campo da educação de surdos no Brasil. Com uma abordagem crítica e propositiva, os textos tratam de temas como a criação de sinais-
termos em Libras para o judô, a formação de professores para o ensino inclusivo, a implementação da educação bilíngue, o papel da literatura surda no ambiente escolar e estratégias pedagógicas voltadas à aprendizagem do português como L2 e da própria Libras por alunos surdos.

Organizado por Rennan Alberto dos Santos Barroso, o livro oferece contribuições valiosas para professores, pesquisadores, estudantes e todos os profissionais que atuam com a inclusão educacional. Mais do que discutir obstáculos, a obra aponta caminhos para o fortalecimento da identidade surda, o reconhecimento da Libras como língua legítima de instrução e o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais justas, acessíveis e transformadoras.